



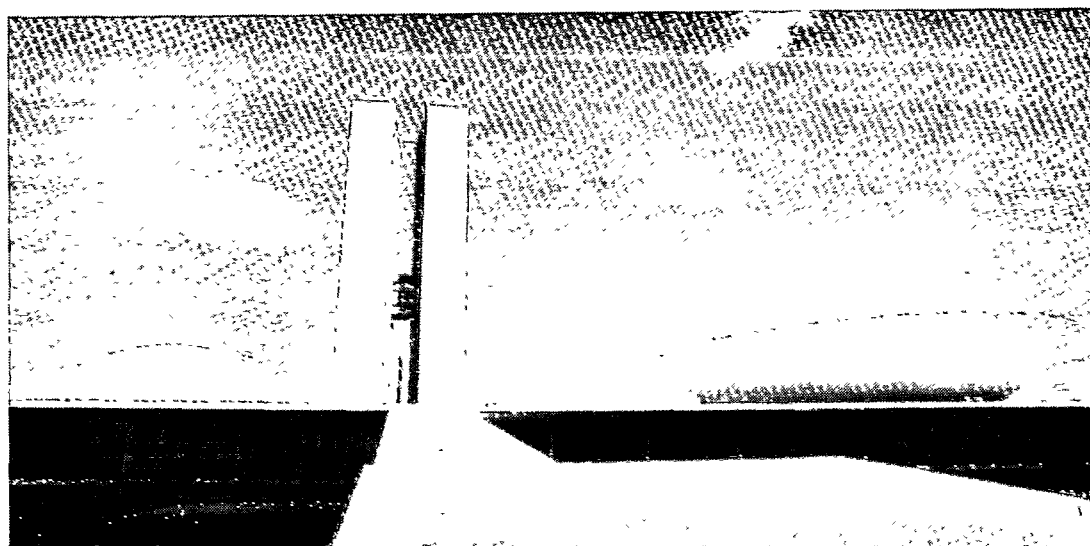
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 138

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA 27 DE OUTUBRO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

Ata da 336ª Sessão Conjunta, em 26 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio

SUMÁRIO

1 — ATA DA 336ª SESSÃO
CONJUNTA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Considerações sobre o Decreto-lei nº 2.064, que altera a política salarial e dá outras providências.

DEPUTADO CELSO DE BARROS — Análise da personalidade de Marcelo Caetano com relação a trabalhos pelo mesmo publicados.

DEPUTADO MENDONÇA FALCÃO — Documento da Dire-

toria do Grupo Votarantim de preocupação com o atual momento brasileiro.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Semana Comemorativa do 80º aniversário do Ensino Farmacêutico do Pará.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — O instituto do decreto-lei no processo legislativo.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Intervenção militar dos Estados Unidos na ilha de Granada, bem como sua política externa adotada na América Latina.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Defasagem do salário do servidor público em relação à inflação.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Dia do Funcionário Público.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Comentários sobre denúncias do Governador Leonel Brizola, veiculadas pela Imprensa, a respeito da existência de um complô externo contra o processo de abertura democrática em via de consolidação no Brasil.

DEPUTADO ABDIAS DO NASCIMENTO — Apelo formulado à Assembleia Geral das Nações Unidas pela Associação Haitiana de Costa Rica, em favor do apoio daquela Organização à luta de libertação do povo Haitiano.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1983 (nº 813/83, na origem), que dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de Getúlio Vargas. **Discussão encerrada**, após usar da palavra o Sr. Lélcio Souza, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 337ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Governador de São Paulo, no sentido do reinício das obras de construção de estradas que menciona.

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Expediente recebido da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, reivindicatório de uma melhor política salarial para os servidores públicos.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Campanha mundial para o desarmamento infantil.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Declarações do Sr. Ernane Gal-

veas, publicada em órgão da Imprensa, referente aos efeitos negativos que poderá advir para o País em decorrência da rejeição do Decreto-lei nº 2.064.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Colocações sobre anunciada compra de aviões de caça pelo Brasil, para equipar o porta-aviões Minas Gerais.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Depoimento do General Sylvio Frota na CPI da dívida externa.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Apelos feitos por S. Exª objetivando melhor remuneração para os nordestinos das chamadas frentes de trabalho. Apelo ao Ministério do Interior, para construção de barragens e açudes no Piauí.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Apelo ao Ministro dos Transportes no sentido da solução de problema que menciona, em decorrência de pedágio criado no centro do Distrito de Itatuaia, no Município de Rezende — RJ.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Documento recebido do Grande Oriente do Brasil, intitulado "Ao Povo e à Pátria", de análise dos grandes problemas da Nação.

DEPUTADO LUIZ DULCI, como Líder do PT — Registro do reinício, amanhã, às 11 horas, dos trabalhos desenvolvidos pela CPI da CAPEMI, com a tomada de depoimento que anuncia.

DEPUTADO JORGE CARONE — Necessidade de entendimento entre os partidos políticos, objetivando a solução para os problemas do País.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder do PDT — Reparos a pronunciamento do Deputado Lázaro de Carvalho, feito hoje na Câmara dos Deputados, no qual tece críticas à administração do Governador Leonel Brizola.

DEPUTADO EDISON LOBÃO, como Líder — Depoimento prestado pelo General Sílvio Frota, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito em funcionamento na Câmara dos Deputados, encarregada de apurar a dívida externa do Brasil.

DEPUTADO SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR, como Líder — Defesa da apreciação pela CPI focalizada pelo seu antecessor na tribuna, do chamado "Relatório Saraiva".

2.2.2 — Fala da presidência
Referente ao não acolhimento de indicação encaminhada à Mesa pelo Sr. Deputado Rubens Ardenghi, pelas razões que expende.

2.2.3 — Questão de Ordem
Suscitada pelo Sr. Sebastião Rodrigues Júnior e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edilson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcião — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa, por imperativo constitucional.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 338ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.1.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Sebastião Rodrigues e acolhida pela Presidência, referente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.2 — ENCERRAMENTO

4 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 328ª Sessão Conjunta, realizada em 19-10-83

SUMÁRIO DA ATA DA 330ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 20-10-83 RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feito no DCN, de 21-10-83, página nº 2.126, 2ª coluna,

Onde se lê:

2 — ATA DA 330ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1983

Leia-se:

2 — ATA DA 330ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE OUTUBRO DE 1983

Paraná

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar —

PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado —

PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Besone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT, Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Morais — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 472 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Decreto-lei nº 2.064 não pode, de forma alguma, ser digerido pelos Congressistas, eis que a sociedade brasileira por inteiro o repudia.

Trago, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, o pronunciamento de um empresário paulista.

Passar todo o tempo na discussão do Decreto-lei nº 2.045 já fulminado; passar todo o tempo para trazer a esta Casa a palavra de líderes dos sindicatos operários, destacadamente dos Sindicatos dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Ocorre que outros sindicatos estiveram na vanguarda de um movimento cívico que orientava na direção de fulminar aquela proposição; eram os Sindicatos dos Marceneiros, dos Gráficos, dos Vidreiros, dos Sapateiros, todos de São Paulo — cidade que tenho a honra de representar nesta Casa. Ocorre que sobreveio agora o Decreto-lei nº 2.064. Este é o trator empurrador, é a máquina que tritura e esfolia, mas esfolia, Srs. Congressistas, não só a classe operária, mas, também, a classe média e esfolia, mais do que tudo, a empresa privada — a média e a pequena empresa — que, neste período da história econômica brasileira, já encontram o seu caminho, que é a total diluição de suas possibilidades para sobreviver.

Agora vem os empresários e falam. É a fala dos empresários que cumpre-nos ver. Tenho em mãos a fala de Abílio Diniz. Ele é empresário dos maiores, mantém contatos em São Paulo, em todas as rodas sociais e econômicas, mantém contatos internacionais, como se sabe, nas altas rodas financeiras. O que é que diz esse empresário paulista?

O Decreto-lei nº 2.064 conseguiu uma unanimidade espantosa, desagradou a todos, tanto do lado do capital quanto do trabalho. E criou sérias dificuldades para as empresas, as quais terão agora de subordinar até a sua gerência de recursos humanos aos ditames de Brasília.

Prevê-se, no meio empresarial, um intenso debate político sobre o 2.064 e como o Congresso Nacional pode torná-lo digerível para todas as partes envolvidas, embora todos saibam que ele jamais atingirá o sabor que cada um gostaria que tivesse.

Agora são os profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros, professores das universidades e do ensino médio vendo-se a braços com o achatamento total dos seus parcos vencimentos. Em verdade, como se sabe, os profissionais liberais, estes já referidos e tantos outros, não têm condições de sobrevida para manter a família unida, sem que sofram o impacto do abalo orçamentário que é, na verdade, o que cumpre saber da própria Casa.

Este Congresso Nacional sabe perfeitamente que a medida governamental de mandar triturar está evidente. De decretos-leis em decretos-leis, desde o Decreto-lei nº 2.012 — quando aqui estávamos ainda em recesso, até o 2.064 — quem sabe se não vem agora o Decreto-lei nº 2.089 ou o 2.000 não sei o que, porque a cada passo que decretos-leis são emitidos e entram em vigor — a máquina está triturando, solapando e causando a erosão no seio da família brasileira, que já não aguenta mais, não se sustenta, porque os preços sobem. Os supermercados aviltam? Não. Os supermercados remarcam todos os dias, as farmácias também e a população já não suporta mais.

O fato é que de engodo em engodo, de ludíbrio em ludíbrio, é o Poder Executivo que quer levar de roldão este Congresso. Há que denunciar-se à República e à Nação que este engodo existe, e pretende envolver o próprio Governo e, também, partidos políticos que vieram para cá com treze Deputados. Em São Paulo — principalmente de onde vieram oito — foi o proletariado quem votou, foi o homem das fábricas quem votou, foi em face de uma campanha eleitoral baseada nas oposições que geraram aqui oito Deputados, refiro-me ao PTB. Partido do qual faço parte e nós não podemos desmentir, não podemos trair o nosso eleitorado, não podemos ser porta-estandarte de uma traição que a população paulista há de repelir por inteiro contra qualquer ato deste par-

tido que pretende atrelar-se agora à máquina governamental.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A visita do Professor Marcelo Caetano ao Brasil, há alguns anos, quando aliava ao título de professor universitário e mestre de Direito Público, o de político eminente, como Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, deu ensejo a que a Universidade Federal do Rio de Janeiro lhe outorgasse a láurea de Professor Honorário. Em viagem anterior ao Brasil, a então Faculdade de Direito do Rio de Janeiro o distinguira com o título de **Doutor Honoris Causa**.

O fato em si pouco representa na vida do estadista que tão cedo se revela com o aprumo indispensável aos que têm a missão de orientar a política de uma nação em momento tão difícil como o que atravessamos.

Mas é ele por demais significativo para mostrar que o magistério de Marcelo Caetano se revelou à altura das tradições da cultura européia, de que é um dos lídimos representantes no campo da ciência do Direito. E nos dá mesmo a convicção, a mim particularmente, que só agora conheci o seu aprimorado talento, de que o êxito que obteve na vida pública é o reflexo do lastro de experiência na longa carreira de professor.

Estas considerações vêm a propósito da leitura do discurso com que o mestre agradeceu àquela honrosa distinção.

Quanto mais sólida a cultura intelectual de um homem, quanto mais consciente esteja ele da vastidão do saber e da distância em que se encontra para atingi-lo na sua plenitude, mais humilde se torna, à maneira de Sócrates — o exemplo sempre lembrando que, sendo sábio, se identificava simplesmente como o amante da sabedoria. Nas palavras do Professor Caetano e modéstia caseira com a sabedoria, a experiência do Professor engrandece a figura do estadista. Isso é o bastante para nos revelar a dimensão do seu espírito, a largueza de sua inteligência, a sua visão de homem público, voltado para a realidade de um mundo em que o amor à ciência posta a serviço do homem muito se avizinha daquela que presidiu os descobrimentos marítimos de outrora em que foi marcante a presença de Portugal. O quadro de hoje é diferente. Mas o móvel que conduz o homem a novas aventuras é o mesmo, pois é a manifestação do seu trabalho visando a criar riqueza para a vida da humanidade.

Recebendo o título universitário, o agraciado mostrou-se à vontade para dizer o que sentia. E fê-lo em palavras cheias de convicção na sua missão de ensinar. Revelou com modéstia, mas com firmeza, que é Professor por vocação: “Sou efetivamente, acima de tudo, Professor. Abraçar a profissão não para escolher modo de vida, mas em obediência a esse impulso, a essa atração, a essa dádiva de si próprio que se chama vocação”.

O meio universitário não poderia ouvir lição mais proveitosa. No momento em que a Universidade brasileira procura renovar-se em métodos e definir-se em busca de novos rumos, nenhuma palavra mais estimuladora do que a que reclama para o professor não o comodismo da cátedra vitalícia ou a frágil armadura de uma cultura livresca, mas uma dedicação que busca na ciência e na experiência as bases do saber.

O ensino é sobretudo produto da experiência. É a vivência com os homens e com as coisas que nos dá a verdadeira dimensão da realidade de onde haveremos de formar o arsenal de conhecimentos a serem transmitidos.

Os livros são o seu complemento. Nesse sentido são valiosas as observações do professor lusitano: “Nada pior do que o ensino puramente livresco. Os livros, claro

está, são indispensáveis à aprendizagem. Através deles se forma o pecúlio coletivo do saber. Por meio deles se abre o horizonte largo das idéias. Graças a eles se ganham e afeiçoam críticas. Mas mal irá do mestre que não tenha para transmitir mais do que por ele foi escolhido em seara alheia."

Palavras escritas com a mesma elevação, no mesmo ambiente universitário, proferiu-as há anos o professor San Tiago Dantas, quando, em 1955, deu a aula inaugural dos cursos da Faculdade Nacional de Direito. Alçada ao mesmo nível intelectual, a mensagem dos dois vultos da cultura jurídica, daquém e dalem mar, tem para nós a mesma ressonância e significação. Vários anos são decorridos desde que o professor brasileiro, de saudosa memória, tão eminente como o seu colega de Portugal, na cátedra e na política, combatia o ensino causuístico, propugnando pelo currículo flexível que já vai, aliás, vencendo barreiras na prática universitária.

Valioso depoimento contido no discurso do professor Marcelo Caetano prende-se ao seu magistério na Faculdade de Direito de Lisboa, onde manteve, há muitos anos, segundo afirmou, a par dos cursos do currículo, um Seminário de Direito Administrativo que decorre à roda de uma mesa, para assistentes, doutorandos e outros licenciados qualificados.

Aí é que a experiência assume o seu papel mais importante. Essa experiência que só se pode transmitir à roda de uma mesa de trabalho, no exame da natureza e da função do próprio Direito, como recomenda San Tiago Dantas, adiantando que a verdadeira educação jurídica é aquela que coloca o estudante não em face de um corpo de normas, de que se levanta uma classificação sistemática, como outra história natural, mas em face de controvérsias, de conflitos de interesses em busca de solução.

Por fim, é importante assinalar, no citado discurso, o apreço demonstrado à nossa formação jurídica, retratando em palavras singelas todo o passado labor em prol de nossa codificação civil, da organização constitucional e administrativo do País, tarefa em que colaboram eficientemente alguns juristas lusitanos. E lembra que até um deles, o autor do projeto do Código Civil português — o Visconde de Seabra — estreitamente ligado ao Brasil, "entretive-se mais tarde a escrever também um projeto do Código Civil Brasileiro".

Honra seja ao professor Marcelo Caetano pela excelente lição que nos deixou. E cremos que a semente frutificará, pois a universidade é o terreno mais propício para recebê-la. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Falcão.

O SR. MENDONÇA FALCÃO PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quando vemos a economia brasileira enfrentar uma das mais difíceis conjunturas da nossa história, ameaçadas as indústrias pela recessão, transformadas em presas fáceis do apetite das multinacionais, lembramos a passagem, pela vida empresarial brasileira e também no Congresso Nacional, da figura de José Ermírio de Moraes que, em discursos memoráveis, no Senado Federal, previu a crise da hora presente, com o recrudescimento da penetração das transnacionais no Brasil.

Pernambucano de origem, José Ermírio de Moraes iniciou suas atividades empresariais em São Paulo, no fim da primeira guerra mundial, a partir de uma fábrica de tecidos, interessando-se pelo aproveitamento dos recursos minerais, explorou, a produção de cimento, alumínio, zinco, aço, produtos químicos, papel transparente, níquel, equipamentos pesados, refratários, papel, açúcar e álcool.

O crescimento seguro e sistemático das suas indústrias decorreu sempre de recursos próprios, confiante numa

produção genuinamente nacional, muitas vezes pioneira. Pode-se dizer que o Brasil cresceu, durante meio século, paralelamente com essa indústria.

O grande empresário que foi José Ermírio de Moraes se caracterizava pelo seu otimismo, pela sua confiança no desempenho do País, mas, sobretudo, pela sua capacidade de previsão, quando nos alertava a respeito dos perigos da estatização, que conduziria ao alto custo dos financiamentos e à inflação, previsto o quadro atual, quando os débitos de quinhentas empresas estatais explicam a nossa crise e a presente recessão, que atinge algumas indústrias, embora outras pareçam imunizadas contra tal epidemia.

Hoje, sabemos que a crise não será debelada sem a drástica redução dos gastos do setor público, tomadas medidas paralelas que evitem o aumento nos índices de desemprego que, em outros países, são enfrentados por sistemas previdenciários que asseguram aos desempregados condições mínimas de sobrevivência.

Aqui, o desemprego significa receita zero, enquanto depauperava um incipiente mercado interno de consumo, com graves danos ao processo de desenvolvimento.

Enquanto isso, a indústria Votorantim consegue superar a crise e o número dos seus empregados subiu de cerca de cinquenta e dois mil em 1981 para cerca de cinquenta e quatro mil em 1982. Esse exemplo deve ser seguido, mobilizando a atenção das autoridades governamentais, dos políticos, dos empresários, esperando-se que os próprios empregados incrementem a produtividade, com vistas à recuperação de nossa economia.

Nesse contexto, seguindo o exemplo de José Ermírio de Moraes, não podemos radicalizar posições, para assumir posturas meramente demagógicas com a formulação de promessas impossíveis de cumprir. Precisamos repartir os sacrifícios, abrir mão de privilégios, para encontrar uma solução que atenda às aspirações de grandeza deste País.

Queremos, nesta oportunidade, congratular-nos com os três filhos de José Ermírio de Moraes, José Ermírio de Moraes Filho, Antônio Ermírio de Moraes e Ermírio Pereira de Moraes, que continuam a servir, no comando daquela grande empresa, aos trabalhadores e ao País.

Essa dedicação ao trabalho e ao serviço da Pátria será o melhor preito à memória daquele que foi, no Congresso Nacional, corajoso defensor da empresa nacional, enfrentando a solécia das empresas multinacionais.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MENDONÇA FALCÃO EM SEU DISCURSO:

MENSAGEM DA DIRETORIA

As atividades da Votorantim tiveram início em 1918 — a partir de uma fábrica de tecidos. Desde então, basicamente voltada para o aproveitamento de recursos minerais, foi sendo ampliada sua área de atuação: cimento, alumínio, zinco, aço, produtos químicos, papel transparente, níquel, equipamentos pesados, refratários, papel, açúcar e álcool.

Foi um crescimento seguro e sistemático, efetivado principalmente com recursos próprios. Nesses sessenta e cinco anos procuramos incutir confiança numa produção genuinamente nacional, muitas vezes pioneira. Toda uma série de dificuldades foi superada para conseguirmos um lugar dentro da indústria brasileira. A rigor, crescemos junto com essa indústria.

E é nessa posição que nos colocamos, quando a economia brasileira passa por um de seus mais delicados momentos.

Nossa conduta sempre foi pautada por confiança e otimismo. Se é verdade que em mensagens anteriores alertamos para os perigos de estatização, alto custo dos

financiamentos e da própria inflação, também é verdade que deliberadamente evitamos a palavra recessão.

Todavia, a hipótese de recessão é hoje dura realidade. Realidade que atinge não só todo o setor industrial, mas, igualmente, aqueles outros que se consideravam imunizados contra tal epidemia. Esquecendo-se das fábulas e parábolas relativas a casos análogos não souberam — ou não quiseram — abrir mão de privilégios com os quais foram discricionariamente favorecidos. A verdade é que hoje a situação crítica é geral.

Situação crítica que não será superada sem drástica redução do déficit do setor público, terrível alimentador do processo inflacionário. E que tende a se agravar se não houver uma reversão no atual processo de definhamento dos diversos setores de produção, o que está provocando um alarmante aumento nos índices de desemprego.

Em outros países certos índices de desemprego são relativamente compensados e muitas vezes neutralizados pela existência de sistemas previdenciários que asseguram aos desempregados condições mínimas e às vezes razoáveis de sobrevivência. No Brasil, desemprego significa receita zero. E além de toda uma problemática de ordem social significa o desaparecimento de um já incipiente mercado interno de consumo. Não se pode cogitar em desenvolvimento sem a existência de um mercado interno de consumo.

Com relação a esse aspecto, ainda nesse ano conseguimos atender a essa prioridade. O número de nossos funcionários, que em 1981 registrou a cifra de 52.304, em 1982 aumentou para 54.446. Um ligeiro aumento, atestado de uma verdadeira crença empresarial: o desemprego deve ser evitado a qualquer custo, pois suas consequências são incontroláveis.

É imperativo que os diversos segmentos da sociedade brasileira — autoridades governamentais, políticos, empresários, empregados dos setores públicos e privados — procurem desenvolver e encontrem uma fórmula de sobrevivência e recuperação de nossa economia.

Não podemos mais suportar os ônus de radicalismo partidários ou classistas, de posturas meramente demagógicas, de formulação de promessas que não serão cumpridas jamais. Se todos estiverem dispostos a repartir sacrifícios, abrindo mão de inconcebíveis privilégios, pode ser encontrada a tão almejada solução.

De nossa parte, concluímos essa mensagem reiterando as mesmas palavras recentemente proferidas quando da realização de homenagem prestada ao nosso saudoso pai, José Ermírio de Moraes: só podemos prometer continuar trabalhando pelo desenvolvimento do Brasil. — José Ermírio de Moraes Filho, Diretor-Presidente — Antonio Ermírio de Moraes — Diretor-Superintendente — Ermírio Pereira de Moraes, Diretor

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A honrada classe de farmacêuticos do meu Estado, o Pará, está fazendo realizar, em Belém, a Semana Comemorativa dos 80 anos do Ensino Farmacêutico no Pará.

Registrando nos Anais desta Casa nossas congratulações pelo evento, passamos a transcrever algumas considerações a respeito do ensino farmacêutico no Pará:

O ENSINO FARMACÊUTICO NO PARÁ

Criação: A Escola de Farmácia do Pará foi criada pela Lei nº 874, de 23 de outubro de 1903, tendo como Lentes efetivos: Francisco Miranda, Juvenal Cordeiro e Guiseppe Martina e como Lentes substitutos: Izidoro Azevedo Ribeiro, Joaquim Viana e Augusto Pinto.

Instalação: No Salão da Biblioteca do Serviço Sanitário, a 11 de fevereiro de 1904.

Fundação da Faculdade: Foi fundada a Faculdade de Farmácia, como entidade de ensino superior particular, por um grupo de Professores: Adazar Coelho da Silva; Altino Chaves de Araújo; Aurélio da Silva Rosado; Carlos Ramos de Albuquerque; Elísio Parente de Araújo; Hernani Coutinho Batista; Josias da Silva Soares; Pedro Claudino Duarte; Maria Ruth Barros; Philomena Cordovil Pinto, Raimundo Ferro e Silva e Raul Ponte Souza, que faziam parte da Associação Farmacêutica do Pará, a 16 de julho de 1941.

— Em 31 de julho de 1945, por Decreto nº 19.299 do Governo da União, foi autorizada a funcionar, já instalada em seu prédio, sito à Av. Generalíssimo Deodoro, 1526. Seu reconhecimento por parte do Ministério da Educação verificou-se a 24 de outubro de 1949, mediante Decreto nº 27.359.

— A 4 de dezembro de 1950, foi federalizada pelo Governo da União, pela Lei nº 1.254.

— Passou a integrar a Universidade do Pará pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957.

— A partir de 1º de janeiro de 1971, passou a constituir o Curso de Farmácia do Centro Biomédico da Universidade Federal do Pará.

O Curso de Farmácia está vinculado à Área de Ciências Biológicas, Centro de Ciências da Saúde.

Organização: Atualmente, o Curso de Farmácia é constituído por um Colegiado e um Departamento.

Coordenador de Curso: Profª Drª Maria do Socorro Vieira Camorim

Vice-Coordenadora: Profª Drª Egywalda Scerni de Messias.

Chefe do Departamento: Prof. Dr. Walter Fernandes Barradas.

Sub-chefe do Departamento: Profª Drª Maria Augusto de Oliveira Maués.

Profissão Farmacêutica: Um dos mais ilustres e sábios pontífices da Igreja, o saudoso Pio XII, referia-se à Farmácia como profissão muda. Nesta afirmação, expressava a sua admiração pela grandeza do seu universo e a necessidade de se dar divulgação às suas finalidades. Profissão que não é conhecida, não é compreendida. Daí, a necessidade de se evidenciarem os múltiplos campos de Farmácia. Profissão de muitas técnicas e de muitas formas, a Farmácia, à semelhança de árvore majestosa pluripartiu-se no seu tronco e deu nascimento a outras profissões e a outras ciências.

Quatro (4) são as grandes áreas características da Profissão:

- Área do Medicamento
- Área do Alimento
- Área dos Cosméticos
- Área das Análises Clínicas e Toxicológicas.

Corpo Docente e Discente: O Departamento de Farmácia mantém um corpo docente de 20 professores, nas diversas categorias. Achem-se regularmente matriculados 370 alunos.

Atividades de Extensão:

— Laboratório de Análise Clínicas: Instalado desde 1966, vem atendendo o público em geral e de modo particular a entidades vinculadas aos subpro-

jetos de extensão, além de servir como local de estágio ao alunado.

Farmácia Escola: Criada desde 1963, com suas áreas de atuação proporciona o atendimento ao público através da manipulação de fórmulas farmacêuticas magistrais e oficinais e de seu formulário próprio, também servindo como local de estágio ao alunado de Farmácia.

Era o que desejávamos dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O episódio da decretação do Decreto-lei nº 2.064 por certo não vai esgotar o ciclo de utilização abusiva e intolerável dos decretos-leis como forma hábil ao encaminhamento de soluções reclamadas pela economia nacional.

O decreto-lei tem sido impugnado, invariavelmente, em virtude da impossibilidade nele consagrada para qualquer tipo de negociação possibilitadora do encaminhamento democrático na solução dos conflitos que naturalmente decorrem dos problemas submetidos ao desafio dos governantes. A sua utilização abusiva e intolerável reflete a intransigência do Poder Executivo. Mais do que isto, denuncia uma postura refratária a qualquer tipo de negociação frutífera. De fato, ao lançar mão desse instrumento condenado pela opinião democrática dos brasileiros, o Governo coloca o Congresso Nacional perante o dilema da aceitação ou da rejeição. Esse dilema não favorece a prosperidade de qualquer diálogo a respeito das medidas necessárias ao justo encaminhamento dessas questões. O que é preciso salientar, antes de mais nada, é que essa atitude recalcitrante do Governo expressa a sua íntima indisposição em qualquer tipo de diálogo que possa retratar aquilo que ordinariamente se conhece como negociação política.

A negociação política, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, supõe, em primeiro lugar, a deliberada disposição de se sujeitar aos riscos da tramitação democrática de qualquer proposição. Não é possível se falar em diálogo, tampouco é concebível se falar em negociação, se uma das partes, o Poder Executivo no caso, não se desarma desta férrea disposição de utilizar o decreto-lei, impondo a sua vontade ao invés de abrir-se, através de uma proposição ao diálogo que a enunciação dela possibilitaria, através do seu encaminhamento sob a forma de projeto de lei. Acho que aí reside a dificuldade básica para o encaminhamento pacífico e democrático dos problemas que pendem de solução. Num regime democrático, a solução dos problemas deve se dar em função do interesse das maiorias representadas, e para que isto ocorra, o fundamental é que o Governo se dispusesse a correr o risco do projeto de lei, o que ensinaria o diálogo e jamais mediante a reiterada utilização desse instrumento que fecha o diálogo e coloca o Congresso perante o dilema da rejeição ou aceitação. Fora disso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não prosperará qualquer tipo de negociação, qualquer tipo de diálogo, porque, afinal de contas, o que ficará patenteado é a vontade onipotente do Poder Executivo de ver o Congresso Nacional reduzido à condição de peça política submetida à sua vontade e não de parceiro efetivo e capaz, num diálogo que possa oferecer soluções de interesse do País.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O mundo assiste, aterrorizado, mais uma violência praticada pelos Estados Unidos, com a invasão da ilha de Granada no dia de ontem. É mais um ato de terrorismo político elaborado pela política norte-americana que tem, na pessoa do seu Presidente Ronald Reagan, o maior inimigo da paz, neste século.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que se viu ontem e que deixou a população do mundo traumatizada, depois dos recentes atos de terrorismo praticados contra a Força de Paz, no Líbano, convenhamos, não há como separar um terrorismo do outro; se por um lado vidas foram ceifadas no Líbano, pela ação tresloucada de alguns fanáticos, terrorismo também é a prática política dos Estados Unidos contra os povos da América Latina, contra os povos da América Central, contra os povos do Caribe.

Aqui estamos para fazer o nosso protesto, para levantar a nossa voz contra essa política que quer transformar o continente latino-americano num novo Vietnã. A política genocida do Sr. Ronald Reagan merece desta Casa o mais veemente protesto. Hoje, os Estados Unidos estão armando os exércitos do Caribe contra a ilha de Granada, e não nos interessa aqui analisar o que se passa internamente naquele país, mas nos interessa, acima de tudo, a preservação da soberania e da autodeterminação dos povos.

Agora mesmo o governo de Ronald Reagan, numa luta para conseguir a sua reeleição, pretendendo mostrar ao mundo a nova face da política americana, está armando os exércitos da América Central, para amanhã também provocar uma invasão na Nicarágua.

O terrorismo do Líbano está posto da mesma maneira que aquele terrorismo praticado contra Granada. É terrorismo idêntico a política de Reagan para a América Central contra a Nicarágua, porque aquele país já sofreu mais de quinhentas invasões por terra e por ar e já teve mais de quinhentas vítimas, o dobro daquilo que lamentavelmente foi sacrificado no Líbano.

Estamos aqui, Sr. Presidente, para dizer ao Governo brasileiro que é necessário que ele coloque em prática a nossa política externa. É impossível convivemos com o silêncio do Itamarati. Aonde está o Ministro Saraiva Guerreiro, que afirmou, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que a nossa política externa jamais se afastaria do princípio da soberania e da autodeterminação dos povos!

Palavras são palavras, Sr. Presidente. Precisamos de ações práticas.

Ontem o Sr. Secretário do Itamarati, procurado pela imprensa, disse que o Ministério das Relações Exteriores ainda não podia dar nenhuma posição com relação à invasão de Granada, porque estava estudando o problema.

Não temos nada para estudar, Sr. Presidente. A política externa brasileira não pode afastar-se dos seus princípios basilares — a soberania e a autodeterminação dos povos. É este princípio da nossa política externa que temos que preservar, e não nos dobrar, como já dobramos a nossa política econômica às fórmulas e às posições do FMI. A nossa política externa precisa continuar ativa, independente da vontade do Sr. Ronald Reagan, que haverá de ser julgado amanhã pelos tribunais dos povos como o maior inimigo da paz, como o maior guerreiro, belicista, um homem que quer arvorar a si o direito em ser tutor e juiz dos povos.

Lançamos aqui, Sr. Presidente, nosso veemente protesto contra a invasão da ilha de Granada, pela soberania e pela autodeterminação dos povos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No momento em que a inflação atinge a taxa superior a 10% ao mês;

No momento em que os preços dos gêneros de primeira necessidade sobem diariamente e, em razão disto, o Governo tenta, através de um acordo com representantes de supermercados, congelar, pelo menos, os preços dos alimentos básicos, por trinta dias;

Neste momento, nós não podemos nos esquecer da situação crítica em que se encontram os servidores públicos do Brasil, em virtude da deterioração do poder aquisitivo dos seus vencimentos e salários.

É deveras constrangedor o quadro que se nos apresenta: o custo de vida subindo em ritmo galopante e os vencimentos do servidor público perdendo, dia a dia, o seu poder de compra de bens e consumos, conseqüentemente declinando o seu padrão de vida.

Os salários e vencimentos dos servidores federais apresentam um crescimento inferior à elevação dos índices inflacionários, crescendo mais lentamente não só em relação à inflação, mas também quando comparados à remuneração dos servidores militares e, inclusive, à do trabalhador brasileiro.

O sistema de reajuste que vem sendo aplicado pelo atual Governo — e que tem causado uma constante e séria defasagem nos salários dos servidores públicos — tem tomado como norma a concessão de reajuste com índice de 10% a 20% abaixo dos níveis apresentados pelo processo inflacionário. Esses valores, no entanto, somente têm penalizado os servidores civis, pois os militares têm seus salários regularizados sem perda de poder aquisitivo, através de vantagens oferecidas apenas para eles.

No corrente ano, por exemplo, tiveram os servidores civis um reajuste real de 61% para índice inflacionário considerado de 99%, ficando, portanto, o reajuste dos servidores abaixo dos parâmetros injustos adotados pelo Governo.

Esse sistema de reajuste tem ocasionado sérios problemas ao servidor público, assoberbado por dificuldades e dívidas de toda ordem.

Alem de não ser contemplado com os mesmo reajustes do empregado da empresa privada, o empregado do Governo não faz jus ao 13º salário, quando estatutário, e não dispõe de organização sindical, conquistas já adquiridas pelo trabalhador brasileiro e reivindicadas pela classe dos servidores públicos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vamos apoiar a laboriosa classe em suas reivindicações.

Pois, voltamos a frisar, a inflação brasileira já alcançou a casa dos três dígitos e continua subindo assustadoramente, atingindo a todos, sem discriminação.

Quando se vai fazer compras ou alugar um imóvel, o comerciante ou o proprietário não perguntam ao comprador ou inquilino se ele é empregado de iniciativa privada ou da área governamental: simplesmente o preço é o mesmo para todos os que desejarem obter o produto.

Do mesmo modo, os ônibus têm preços fixos de passagem, a carne, cada vez mais cara, custa o mesmo nos açougues, os colégios reajustam as mensalidades.

E o servidor público, que não teve justo reajuste de vencimentos e muito menos aumento, fica, dia-a-dia, mais pobre. E seus rendimentos vão ficando aviltados.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica, assim, consignado este nosso apelo em prol das reivindicações da classe dos servidores públicos, verdadeiros esteios deste nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dia 28 próximo este Congresso e toda a Nação estarão comemorando o Dia do Funcionário Público. Não sei se poderemos parabenizá-lo ou se poderemos, nesta oportunidade, lamentar que esse funcionalismo público, tão judiado, tão espezinhado, tão ignorado, tão vilipendiado pelas forças públicas deste País, ainda sobreviva em um momento tão crucial e difícil como este que atravessamos.

De qualquer forma, deixamos, nesta manhã, uma palavra de estímulo e, ao mesmo tempo, uma crítica. Estímulo a esse funcionalismo público, quer federal, quer municipal, quer estadual, que se tem exaurido nos seus esforços, nas suas lutas, nas suas reivindicações, sobretudo no seu trabalho laborioso, honroso, que tem praticado em todo este País.

Andando por esse sertão afora, temos assistido a fatos que nos deixam estarecidos — modestos funcionários públicos, pobres funcionários públicos, muitos deles sem poder vestir uma melhor roupa, porque não têm dinheiro para comprar uma alimentação melhor, não podem dar a seus filhos melhor estudo, porque não têm dinheiro para tanto. Judiados de todas as formas. E não se ouve, não se vê e não se percebe nada de objetivo, de prático para com esse funcionalismo público — federal, estadual e municipal.

A nossa crítica é ao Governo, no sentido de se fazer um estudo, de se fazer uma análise mais realista daquilo que vive esse pobre funcionalismo público federal, estadual e municipal, dando a todo esse pessoal uma condição melhor de vida, uma aproximação maior da empresa privada. Se esse funcionalismo tem produzido, tem carregado essa máquina, tem carregado sobre si o peso da máquina administrativa deste País, dos Estados e dos Municípios, por que não dar a esse funcionalismo aquilo que lhe é devido, aquilo que lhe é honroso? Pelo menos, um salário digno.

A inflação, segundo se sabe, este ano ultrapassará a casa dos 200%. O salário desse funcionalismo público não chegou a 100%. No nosso Estado, nos municípios, na Federação, nada foi feito. Quem pagará essa diferença?

O funcionalismo, na sua maioria, não tem mais crédito, porque não tem condições de compra e de paga. O funcionalismo não tem mais saúde. O funcionalismo vive desesperado, quantos companheiros nossos, com 15, 20 anos de trabalho, já estão esclerosados, porque vivem constantemente à busca de uma forma melhor de vida, e não conseguem, mas não podem largar o seu emprego, porque é aquilo que lhe dá o sustento e à sua família.

Parabenizando a massa do funcionalismo público deste País pelo seu dia, Sr. Presidente, também fazemos o nosso apelo ao Governo Federal, aos Governos estaduais e municipais, no sentido de que, no dia 28 próximo, deem ao funcionalismo uma esperança, pelo menos um aumento, um abono, algo que possa minimizar o sofrimento em que o funcionalismo vive hoje, com essa inflação desordenada. Que esse funcionalismo tenha necessariamente o suficiente, a fim de que, pelo menos, em parte, possa solucionar os gravíssimos problemas que enfrenta: alimentação, saúde e educação.

Nestes dias estávamos ouvindo um senhor que nos pedia ajuda para comprar alguns remédios. Dizia-nos ele: ganho pouco menos de 40 mil cruzeiros. O Senhor acha que posso comprar essa receita de 12 mil cruzeiros?

Óra, quem ganha menos de 40 mil cruzeiros, se pagar uma receita só, por mês, de 12 mil cruzeiros, deixará de comprar pão e leite para suas crianças e a alimentação para a sua família.

Eis aí o quadro do funcionalismo público.

Sr. Presidente, todos nós temos a obrigação e o dever de olhar, de clamar, de reclamar, de solicitar ao Governo

uma medida mais objetiva, no sentido de solução deste problema.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais de hoje abriram manchetes estrepitosas, atribuindo ao Governador Leonel Brizola, do Estado do Rio de Janeiro, a denúncia da existência de um complô externo contra o processo de abertura democrática em via de consolidação no Brasil.

A denúncia, quer pela fonte de onde aflorou, quer ainda pelo caráter de gravidade em relação à sobrevivência do regime democrático que instalamos no País, precisa e deve ser considerada na devida dimensão.

O que está claro na evidência dos fatos é o espírito de autenticidade que cerca a denúncia do Governador do Estado do Rio de Janeiro e que, por isto mesmo, faz com que cresçam nossas preocupações de que conspirações como estas possam colocar em perigo iminente a sorte do processo democrático em nosso País.

Durante quase duas décadas consecutivas, mantemos claras divergências de cunhos político-ideológicos com o Sr. Leonel Brizola. Todavia, quando o Governador do povo carioca vem a público e denuncia, com base em fatos que dispensam maiores comprovações, um processo de conspiração com raízes no exterior, é claro que só temos uma alternativa a examinar: propor a investigação e apurar a extensão do relacionamento entre os patrocinadores internacionais e seus agentes com atividades no território brasileiro.

Cremos, Sr. Presidente, que o Governador Leonel Brizola, com efeito, não esteja blefando ao denunciar que a armadilha para derrubar o processo de abertura política no Brasil, tenha ligações “nas dificuldades impostas pelo Sistema Financeiro Internacional”, destacando a questão dos “prazos para a adoção de medidas que vão impor sacrifícios ao povo”.

Seria absurdo admitir hipótese não condizente com a verdade do que alega o Governador do Estado do Rio de Janeiro, ou que a denúncia trazida a público fosse apenas o roteiro de uma caminhada na busca da notoriedade.

De qualquer modo, Sr. Presidente, precisamos fazer dessa denúncia um ponto vital para a salvaguarda do regime, apurando-a em toda a sua extensão e gravidade, a fim de que a Nação fique escoimada da natural apreensão que hoje predomina o espírito público em todo o País.

Em assim sendo, é nosso propósito, sugerir em princípio, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito e, por via de investigações específicas, apurar o que existe, no exterior e no Brasil, sobre os riscos denunciados contra o processo de abertura.

Confiemos, Sr. Presidente, em que nesta luta patriótica, o Congresso Nacional se engaje, sem colorações políticas ou ideológicas, mas apenas convicto do desejo de bem servir ao País e à causa sagrada da democracia que temos o dever de preservar.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Abdias do Nascimento.

O SR. ABDIAS DO NASCIMENTO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Acabo de receber dos exilados haitianos na Costa Rica o documento que tem como título “Apelo angustiado à Assembléia Geral das Nações Unidas da Associação

Haitiana de Costa Rica" e que passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"Historicamente as potências ocidentais têm assumido o direito de decidir da sorte dos povos de-beis a partir dos seus próprios interesses imediatos, sem levar em consideração as consequências eventuais dessas decisões arbitrárias, fortes de conflitos insolúveis na maioria dos casos, desencadeando violências penosas para a paz mundial. Desgraçadamente estas lições da história não comovem a consciência dos chefes de estado, demasiadamente obnubiladas pelas vantagens momentâneas.

A situação da República do Haiti constitui ilustração patente deste comportamento. Desde mais de 25 anos, este povo sofre os horrores da opressão, a mais violenta que se possa imaginar, porque um consórcio de potências decidiu estabelecer nesse país uma ditadura hereditária de tipo genocida. Assim, desde mais de um quarto de século, ditas potências, sem nenhuma consideração pelos sofrimentos do povo haitiano, vêm assistindo, financeira e militarmente, esse regime de ladrões e assassinos. Adestraram nos métodos aperfeiçoados de tortura e de assassinatos clandestinos aos Tonton Macoutes e Leopardos, forças terroristas a serviço da odiosa ditadura, verdadeira Gestapo do modelo nazista, revisto e aumentado. Essas potências, graças ao domínio completo dos meios de informação, encerram nosso povo entre paredes de silêncio, infranqueáveis, com a finalidade de ocultar à opinião pública internacional esta nefasta conspiração. Envolveram militarmente as águas territoriais e as fronteiras terrestres do país, a fim de impedir todo movimento de libertação do povo, desencadeado pelos democratas haitianos. Toleram os negócios mais ignominiosos de seus protegidos, tais como a venda de cadáveres, o tráfico de sangue de homens e mulheres em estado crônico de desnutrição, assim como o mercado clandestino, em Miami, entre outras cidades, de alimentos doados ao povo haitiano por instituições de caridade, e, como suprema ofensa à moral internacional, o comércio de trabalhadores agrícolas haitianos com as empresas açucareiras dominicanas.

Graças a essa escandalosa proteção, o pequeno ditador do Haiti é hoje um dos quatro homens mais ricos do mundo, segundo a imprensa norte-americana, e seus cúmplices amontoaram milhões de dólares, a tal ponto que, segundo informa o Banco Mundial, esse povo, o mais pobre do mundo, exhibe relativamente à sua população, o mais elevado número de milionários do planeta.

A Associação Haitiana costarriquense dirige um apelo angustiado à Assembléia Geral das Nações Unidas e a todos os homens e mulheres que acreditam na perenidade dos valores humanos de liberdade, justiça e honestidade, para que contribuam para nossa luta de libertação do povo haitiano. A Associação pede a mobilização das forças democráticas autênticas, para que se juntem aos patriotas do Haiti na reivindicação dos direitos humanos em benefício da população, contra o crime e a venalidade.

Há pouco tempo, da tribuna da Sociedade das Nações, apoiando a causa da Etiópia, vítima da agressão da Itália fascista, o então representante da República do Haiti proferiu estas palavras proféticas. "Temam vocês ser amanhã a Etiópia de alguém!", dirigidas aos delegados dos países indiferentes ante a desgraça do povo da Etiópia.

O amanhã era o desencadeamento das hordas hitleristas sobre a Europa. Aos países do Terceiro Mundo, indiferentes hoje à sorte do Haiti, dizemos: "Temam vocês ser amanhã o Haiti de algum membro desse consórcio de potências!"

O Haiti não pede armas, não pede dinheiro. O povo haitiano exige somente que cesse a imoral ajuda financeira e a ilegal proteção militar dessas potências ao regime genocida dos duvalieristas; requer o direito de eleger livremente seus governantes e de salvaguardar seu patrimônio nacional.

Haiti necessita de sua solidariedade ativa. — (a) Comitê Executivo da Associação Haitiana (Costa Rica)."

Sr. Presidente, nós o negros do Brasil estamos solidários com essa luta árdua e difícil do povo haitiano contra as potências que querem manter para sempre o Haiti sob uma ditadura, sufocando as vozes libertárias do seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações (Pausa)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezenove horas, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem nº 110, de 1983 — CN, referente ao Decreto-lei nº 2.056, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da parte vetada do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1983 (nº 813/83, na origem), que dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de Getúlio Vargas, tendo

RELATÓRIO, sob nº 11, de 1983 — CN

Parte vetada: expressão "10 (dez)" constante do caput do art. 1º do Projeto

Em discussão a parte vetada. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélío Souza para discutir a matéria.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Como Líder, para discutir Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O veto parcial incide sobre a expressão "10 (dez)", constante do caput do art. 1º da lei parcialmente impugnada.

Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, devo dizer que este projeto, de autoria do ilustre Deputado Paulo Mincarone, inseriu-se num elenco mais amplo de programações levadas a efeito neste ano, para assinalar o transcurso do centenário de nascimento de Getúlio Vargas.

Aliás, isso está expresso na ementa do seu projeto:

"dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de Getúlio Vargas."

No teor do projeto, as disposições relativas às providências sobre a emissão dessa série comemorativa de selos, o ilustre autor alude ainda à data para lançamento público dessa nova série de selos comemorativos. 19 de abril de 1984. E estabelece mais, a obrigatoriedade de constar dessas estampas filatêlicas, temas que reflitam a contribuição da obra de Getúlio Vargas no campo do aperfeiçoamento das instituições e no campo da promoção do desenvolvimento econômico autônomo. Assim, essa série abordaria, especificamente, legislação trabalhista, Justiça Eleitoral, códigos de águas e de minas, siderurgia, o reaparelhamento econômico, o Nordeste e o nacionalismo, entendidos pelo autor como fatos relevantes da atuação política de Getúlio Vargas.

Desnecessário, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, reproduzir nesta oportunidade em que se discute apenas um veto parcial, todas as razões que, de um certo modo,

trazidas a público durante as duas discussões a que foi submetido o projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, porque essas questões foram suficientemente examinadas e realçadas nas oportunidades próprias. O que nos traz à tribuna neste momento, ao falar sobre o veto parcial, é a necessidade de se proclamar que, a rigor, o próprio Poder Executivo se rendeu à necessidade de instituir esse tipo de homenagem, e isso deve ser interpretado como reconhecimento público à grande contribuição patriótica representada pela participação de Getúlio Vargas no nosso processo de desenvolvimento político, social e econômico.

O veto afeta uma parte secundária do projeto, vale dizer, uma questão mais técnica do que propriamente de mérito. Portanto, como a objeção presidencial não elide às razões fundamentais da oportuna proposição do nobre Deputado Paulo Mincarone, e ao contrário, a ela se agrega para imprimir-lhe maior significação pela unidade das forças políticas, o PMDB vota favoravelmente à aceitação do veto. De sorte que, escoimado do Projeto essa expressão que traria dificuldades práticas e técnicas na implementação do que é proposto, a lei possa entrar em vigor imediatamente, e ensejar a adoção das providências necessárias ao lançamento público dessa série de selos comemorativos, no próximo dia 19 do mês de abril de 1984.

São estas, em sùmula, as razões que levam o PMDB a votar favoravelmente ao veto parcial apostado pelo Senhor Presidente da República à expressão "dez", no Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Paulo Mincarone, sob nº 813/83, de origem na Câmara dos Deputados. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Continua em discussão (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 46 minutos)

Ata da 337ª Sessão Conjunta, em 26 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES

Iris Célia — Altevyr Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Benedito Canelas — Gastão

Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Alufio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rorônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curio — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcellio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Alufio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavôr — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira —

PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Besone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roesemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimun-

do Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wólney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osval-

do Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS

Amapá

Antônio Pontes — PDS, Clarck Platon — PDS, Geovani Borges — PDS, Paulo Guerra — PDS

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS, Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 472 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Apesar de conhecermos toda a atual problemática vivenciada pelos Estados e Municípios brasileiros, não podemos nos furtar de fazer mais um apelo ao Exmº Sr. Governador de São Paulo e ao Secretário de Transportes Sr. Horácio Ortiz, a respeito da rede estadual de estradas de nosso Estado.

As empreiteiras do setor rodoviário, responsáveis pelas obras de construção e conservação de estradas em todo o Estado, demitiram milhares de empregados, paralisaram as obras e estão ameaçados de falência.

Em decorrência do Decreto nº 20.897, de 15 de abril de 1983, houve a referida paralisação coletiva, durante três meses. Porém, no mês passado, várias das obras suspensas foram liberadas mas, as empresas estão querendo rescindir os contratos, alegando que, durante a suspensão, a inflação deteriorou os preços tornando praticamente impossível o prosseguimento dessas obras.

Assim sendo, a diretoria do Sindicato declarou que é preciso um imediato socorro vindo do Estado, para evitar o colapso rodoviário

Recentemente, o Governo abriu 54 novas concorrências, para executar serviços de emergência, tais como: tapa-buracos, conservação e sinalização das rodovias.

Desta tribuna, devido a gravidade da situação, reivindicamos algumas obras, entre inúmeras outras, que precisam de urgente atendimento:

— recuperação do trecho de ligação entre as vias Anhanguera e Dom Pedro, dentro do perímetro urbano de Campinas, por se tratar de vias altamente perigosas;

— conclusão da duplicação da pista entre o Marco-0 até o trevo da via que liga Campinas a Mogi Mirim. Este trecho pertence ao DER — desta forma, deve o Estado assumir a responsabilidade pela obra, quitar o débito com a construtora, concluir e sinalizar as vias, pois os veículos e pedestres não dispõem dos mínimos padrões adequados de segurança

Estamos certos que, o Governo de São Paulo pela Secretaria de Transportes, está atento a estes graves problemas e irá sanar, no menor prazo possível, as múltiplas dificuldades deste setor, atendendo aos veementes pedidos, com relação as obras rodoviárias.

Era o que tínhamos a declarar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON VEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na ampla discussão que este Congresso Nacional e a sociedade brasileira está travando sobre a atualíssima questão da política salarial, há uma categoria, que pela sua quantidade numérica e a sua fundamental importância, na vida brasileira, se encontra completamente esquecida. é a categoria dos servidores públicos.

E nem por isso são menos vítimas de um perverso processo de achatamento salarial, em níveis até bem mais acentuados do que o assalariado comum.

A situação ainda se agrava mais dada à discriminação que sofrem os servidores públicos, de não poderem se organizar em sindicatos, e portanto, não disporem de poder barganhar e negociar melhores salários e condições de trabalho.

Neste instante em que toda a Nação acompanha de perto, a evolução dos fatos e das gestões que irão definir um novo projeto de política salarial, consubstanciados do Decreto-lei nº 2.064, que a sociedade brasileira já começa a repudiar, é necessário fazer retornar à superfície do debate, o que hoje está nas profundidades e nas sombras, que são os ganhos, vantagens e salários dos servidores públicos.

É com esse intuito que passo a ler carta endereçada pela ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, cujos dizeres se explicam por si, e para a qual, desta Tribuna, chamo a atenção dos nobres pares, ao mesmo tempo em que me solidarizo com o seu conteúdo, conclamando os senhores congressistas de todos os partidos a, por igual, aderir à causa justa, que é objeto da correspondência que passo a ler:

Aos Exmºs Senhores Parlamentares:

Neste momento em que o Congresso Nacional conquista um papel fundamental nas questões cruciais que afetam os assalariados, derrotando os decretos-leis nºs 2.024, 2.036, 2.045, e agora lutando contra as distorções que permaneceram no 2.064, vimos **solicitar a inclusão neste debate parlamentar de questão até agora esquecida dos servidores públicos federais.**

Os servidores públicos constituem um dos grandes setores de assalariados, ao lado dos trabalhadores das empresas privadas da cidade e do campo, e daqueles das estatais, todos estes objeto dos decretos-leis acima. Entretanto os servidores federais estão esquecidos e serão objeto de um decreto-lei, que será emitido em dezembro após o recesso do Congresso, certamente pior ainda do que os atuais que encontram combativa resistência dos parlamentares.

Esta categoria que congrega mais de meio milhão de funcionários incluindo contínuos, escriturários, técnicos, professores, médicos, advogados, engenheiros, etc., tem sido uma das mais atingidas pela política salarial ora sob o crivo do Congresso. Não tem reajuste semestral e muitos nem sequer, o 13º salário, tem recebido a muitos anos reajustes sempre abaixo da inflação e com atraso cada vez maior da segunda parcela. As duas parcelas antes pagas em janeiro e março, passaram para janeiro e abril, janeiro e maio, janeiro e junho, **o que representa quase um desconto semestral, ao invés do reajuste semestral dos demais trabalhadores.**

A ANDES representa cerca de trinta e cinco mil professores das Universidades Federais Autárquicas, que são servidores públicos. Por isto, traz a reivindicação deliberada no Segundo Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais em setembro no Rio de Janeiro: 34% de complementação salarial em novembro a 160% de reajuste em janeiro, como reposição de perda sofrida no valor real dos salários, pedindo-se, no próximo ano, o reajuste semestral.

Pedimos aos Senhores Parlamentares que defendam a causa dos servidores, ressaltando que a negociação em torno da política salarial deve incluir esta importante ca-

tegoria, para que não se cometa mais uma flagrante injustiça contra ela. — **Luiz Pinguelli Rosa**, Presidente — **Raul Guenther**, 1º-Secretário

Brasília, 26 de outubro de 1983.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nos termos regimentais, encaminho à Mesa carta que desejo inserida nos Anais do Congresso, e que se refere à campanha do desarmamento infantil mundial.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FARABULINI JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

CAMPANHA DO DESARMAMENTO INFANTIL MUNDIAL

CARTA ABERTA

Ao Exmo. Sr.
Farabulini Júnior
Deputado Federal

A CDIM, movimento espontâneo, aberto e permanente, fundado em S.P. no ano de 1955, nem por meio desta, convocar V. S., para participar de seu trabalho, divulgando seus propósitos que são em resumo: A formação do caráter da criança: o **Desarmamento dos Espíritos**: a elevação moral da mente e difusão dos bons costumes, afim de que a humanidade conheça a verdadeira paz nem violência.

Nosso objetivo é alertar aos pais, educadores e demais autoridades, para não tolerarem a exibição de propagandas e programas enganosos e deletérios que, através dos meios de comunicação, mormente certas projeções na TV, penetram nos lares, exaltando como norma de vida, o vício, a corrupção e a luxúria ociosa; que mostram nas telas as minúcias com que são projetados e praticados, crimes monstruosos; valorizando como atos heróicos, a imoralidade, a violência e a guerra; — além de revistas e brinquedos perniciosos, tudo num festival de destruição moral, física, e espiritual.

A Campanha procura concientizar a todos, de que devem assistir e estimular programas instrutivos e educativos.

No lar, quase não existe a comunicação entre pais e filhos; e na sociedade desapareceu o diálogo entre parente, amigos e vizinhos. Tudo foi substituído pela TV; e depois reclamam de tudo que vem acontecendo no mundo, mas permanecem de braços cruzados.

Se as autoridades competentes se omitirem, se todos se acomodarem diante destes e outros problemas gerais, limitando-se a criar teorias vãs, sem atacá-los de perto, essa inércia permitirá a propagação das forças do mal, que destruirão os bons sentimentos das crianças, dos jovens e de muitos.

Educar-se e Educar o indivíduo, é ajudá-lo a viver livre, com responsabilidade e dignidade, afim de procurar conhecer-se a si mesmo, no mundo do relacionamento, o que já é o começo da sabedoria; é espalhar em seu redor clareza, compreensão e amor. Essa deve ser uma constante no pensamento e nas atitudes dos que dirigem os destinos do povo e dos responsáveis pela educação.

Divulgando esses propósitos com a CDIM; esta V. S. cooperando para que as crianças e jovens de hoje, sejam os homens que viverão amanhã num mundo de paz e segurança.

Saudações Fraternais. — **Luis da Silva**.

P/ Comissão Orientadora da CDIM — Fone 2757232

O Comodismo e a indiferença para com o ser humano e as boas obras, favorecerem a germinação e a multiplicação das coisas más.

“Esta campanha não aceita dinheiro, não tem cor política nem religiosa, quer somente boa vontade”

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O Sr. Brandão Monteiro (PDT — RJ.) Sr. Presidente, desisto, porque eu vou usar o horário da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos aqui diante de uma notícia da maior gravidade. Segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, o Sr. Ministro da Fazenda Ernane Galvêas afirma que o dia 14 é o prazo fatal para aprovação da nova política salarial. E textualmente ele diz:

“Estão em jogo não só 36 bilhões de dólares, mas o futuro do Brasil. Este é o mais grave momento de toda a História do Brasil”

Continuando, diz o Ministro que a reunião do FMI, no dia 18 de novembro:

“...irá apreciar a Carta de Intenções do Brasil — todas as negociações externas desenvolvidas até agora...”

Diz ainda: se caso não tiver sido resolvida a nova política salarial, segundo suas próprias palavras: “Acreditem, aí a vaca vai pro brejo”.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, isso é dito por um Ministro de Estado, é dito à Nação.

O mínimo que esta Casa poderia fazer seria convocar o Sr. Galvêas, o mais rapidamente possível, para ver por que “a vaca vai pro brejo”. Informação com essa gravidade, de um Ministro que até ontem era prepotente, arrogante, e hoje vem fazer afirmações dessa gravidade. E quer com essas informações, com esse tipo de declaração, fazer passar uma política salarial de arrocho sobre os trabalhadores. Uma política salarial, diga-se de passagem, que já está sendo negociada com pequenos ajustes e pequenas modificações, que não irão alterar, no essencial, a política de sufoco contra os trabalhadores.

O que está levando “a vaca pro brejo”, Sr. Presidente? É uma política econômica, são os interesses econômicos que esses Ministros sempre defenderam. Quem são os responsáveis por essa escalada de catástrofes? Exatamente, quem agora vem ameaçar que “a vaca vai pro brejo”; essa equipe econômica, são os interesses econômicos que eles representam, é esse Governo que contraiu e fez acordos com o Fundo Monetário Internacional, sem dar nenhuma satisfação a esta Casa. E agora, há menos de um mês, diz que se o projeto da nova política salarial não for aprovado, “a vaca vai pro brejo”. Se não fosse trágico, seria ridículo. Isso é muito sério, Sr. Presidente, um Ministro de Estado fazer afirmações desse tipo.

Chamo a atenção para a gravidade deste momento. Não podemos assistir passivamente uma política econômica, e os interesses econômicos que sempre regeram essa política, levarem os trabalhadores, a maioria da população brasileira, “pro brejo”. É isto que está acontecendo, estão levando o trabalhador ao desespero e à miséria. Enquanto isso a corrupção e o desmando campeiam impunemente neste País. Esse Ministro, como eu falei até ontem todo-poderoso, arrogante, não dava satisfação a ninguém, vem agora dizer que “a vaca vai pro brejo”. Foram os Ministros da área econômica que levaram a “vaca pro brejo”, foram eles que escolheram esse caminho não foi o povo brasileiro. Se a Nação está ameaçada, se sua soberania está em leilão, foi exatamente

devido aos tratados, acordos, e interesse econômico que eles acertaram com o Fundo Monetário Internacional e com os grandes banqueiros.

Neste momento me recuso a aceitar que a saída seja aprovar uma lei salarial de arrocho sobre os trabalhadores. É dizer não ao arrocho e aos pacotes; é dizer não aos acordos com o FMI, é dizer não a uma dívida externa contraída não para servir à Nação mais para servir uma meia dúzia de privilegiados, o grande capital; é dizer não àqueles que querem resolver essa crise com ameaças. O que queremos é liberdade política e eleições diretas para Presidente da República. Esta é a saída que o país precisa, é isso que evitará que “a vaca vá pro brejo”. Porque, a permanecer esse Governo, a permanecerem os interesses econômicos que ele representa, nós poderemos ler nos jornais ou ver na televisão declarações mais patéticas e mais catastróficas do que essa do Sr. Ernane Galvêas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os jornais noticiam diariamente as despesas, as dificuldades que estamos atravessando e, há poucos instantes, o orador que me precedeu, falava da ameaça do Sr. Ministro da Fazenda, de que a partir do dia 14 poderá “a vaca ir para o brejo”, porque não há mais dinheiro, não há mais negócios. Mas, eu leio aqui estarecido que o Brasil vai comprar 12 aviões Skyhawks, e vai comprá-los ao preço de 4 milhões de dólares cada um. É uma fortuna, quase 50 milhões de dólares, e nós estamos sem divisas. E o Secretário Carlos Viacava declara que o País está quase sem dólares, não há mais condições. Então, como o Brasil começa a comprar aviões fora, e aviões de caça? Para caçar o quê? Eu pergunto, porque essa é uma notícia espetacular, pois foram os Ministros da Aeronáutica e da Marinha que submeteram esse pedido à área do Planejamento. Mas, pelo amor de Deus, a situação do País é tão grave e nós vamos comprar aviões de caça para montarmos, para equiparmos o Minas Gerais, para fazer o quê? Se nós não temos nem gasolina para os carros, não temos mais condição nenhuma. Este País está louco mesmo, perderam a noção até do ridículo. Se nós não temos dinheiro, se nós não temos condição de dar comida ao povo, por que comprar aviões de caça? Por quê? Armar a frota brasileira, para quê? Nós vamos atacar a Guiné-Bissau ou vamos atacar Gana ou o Paraguai, Uruguai? Só pode ser isso, eu não entendo mais. Penso que nós estamos realmente numa Torre de Babel. Ninguém entende mais nada, nós estamos vivendo dias difíceis neste País, porque não há um comando, não há alguém que diga seriamente: basta! Vamos colocar os ladrões na cadeia, vamos limpar estas áreas sujas, vamos deixar de fazer besteira, porque o povo brasileiro não pode agüentar mais, vai explodir a qualquer hora. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O depoimento do General Sílvio Frota, na CPI da Dívida Externa, foi da maior importância. Alguns Deputados da Oposição chegaram a criticar a CPI por ter convocado o General Sílvio Frota, não entendendo os propósitos daqueles que queriam levar até o fim as averiguações a respeito, por exemplo, do Relatório Saraiva.

O General Sílvio Frota, como Ministro do Exército, que recebeu a informação que lhe foi enviada pelo então Chefe do Estado Maior do Exército, segundo declaração

que tínhamos obtido do Coronel Dickson Grael, obviamente tinha que esclarecer o assunto.

Não é intenção deste Parlamentar quebrar, de qualquer forma, o sigilo a que todos nós nos comprometemos. Todavia, diante dos fatos até agora levantados pela CPI, é de fundamental importância que obtenhamos esclarecimentos adicionais, por exemplo, do então Chefe do Serviço Nacional de Informações, hoje, Presidente João Baptista Figueiredo.

Por causa disso entreguei, ao final do dia, à Mesa da Câmara dos Deputados, durante a sessão, requerimento nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Exm^o Sr. Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, as seguintes informações:

1^o) Que providências tomou, quando Ministro Chefe do Sistema Nacional de Informações do Governo Ernesto Geisel, para esclarecer e apurar inteiramente os fatos apontados nos informes elaborados pelo Coronel Raimundo Saraiva Martins, então adido militar na França, que lhe foram enviados pelo então Ministro do Exército, Sílvio Frota?

2^o) A que conclusões chegou sobre a responsabilidade e participação nas irregularidades apontadas — recebimento de comissão por ocasião de empréstimos levantados junto a Banco Francês, depositada em conta azul em banco na Suíça — por parte do então Embaixador Antonio Delfim Netto e seus assessores citados naquele relatório?

3^o) Em vista de que estas acusações são hoje de pleno conhecimento da opinião pública, que razões têm levado o presidente João Batista Figueiredo até hoje a manter silêncio sobre o assunto, não contribuindo para o esclarecimento da opinião pública?

Brasília, 26 de outubro de 1983. — **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Deputado Federal (PT — SP)

É necessário também, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto esclareça inteiramente, estando ciente, hoje, das acusações, todos os fatos que levaram o Sr. Coronel Raimundo Saraiva Martins a fazer esse informe. Ali os pontos apontados colocam o Embaixador Antônio Delfim Netto e os seus assessores em situação de quem cometeu irregularidades graves. Então, é necessário que o Ministro Antônio Delfim Netto, esclareça, de uma vez, tudo o que aconteceu. Se houve alguma acusação indevida, que seja esclarecida; os indícios são graves e a Nação espera o esclarecimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nosso tempo nesta Casa — nas duas Casas do Congresso — tem sido devotado à causa salarial, ao aumento dos salários, assunto que esperamos seja resolvido no menor espaço de tempo.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Ministério do Trabalho já anuncia o novo salário-mínimo para novembro, a começar do próximo mês. Ele se eleva para cerca de 57 mil cruzeiros, na primeira categoria de Estados; na segunda, para aproximadamente 50 mil cruzeiros.

Enquanto isso Sr. Presidente, temos apelado com insistência, desta tribuna, para que o Governo faça uma avaliação quanto ao tratamento que está sendo dado aos operários alistados nas frentes de serviços no Nordeste. Essa gente está morrendo à míngua, esta gente está sendo penalizada, está sendo marcada, está totalmente abandonada pelo Poder Público. Aguardando as notícias do Ministério do Interior a respeito de inúmeros pronunciamentos que fizemos desta tribuna e também de

outros representantes do povo, Senadores e Deputados. Não nos mandaram qualquer resposta que pudesse nos tranquilizar

Na reunião da SUDENE, ocorrida em Parnaíba, no mês passado, estivemos presentes, representamos a Comissão do Interior, procuramos traduzir as reivindicações, os apelos daquela comissão em favor desses operários do campo. Todavia, Sr. Presidente, até hoje não recebemos resposta. Tivemos alguns telegramas do Ministro Mário Andreazza, dizendo-nos que havia encaminhado o assunto para estudos, mas não podemos ficar indefinidamente aguardando essas respostas, porque, quando elas chegarem já os nossos operários do Nordeste estarão sepultados.

De modo, Sr. Presidente, que urge uma medida patriótica, uma medida humana, uma medida de solidariedade, um apoio a esses brasileiros, a esses nossos irmãos que estão desfigurados, dia a dia, pela fome que estão enfrentando, outros já pereceram, principalmente as crianças, que não resistem a esse tratamento desumano que lhes é oferecido, de um trabalhador ficar numa frente de trabalho recebendo Cr\$ 15.300,00, que na verdade não vão ao seu bolso, porque ele recebe, no máximo, Cr\$ 10.000,00 após os descontos dos fornecedores e outras despesas.

Sr. Presidente, é impiedoso, é cruel esse tratamento. Queremos protestar, e, ao mesmo tempo apelar ao Ministério do Interior, no sentido de que mande realizar as obras de açudagem, as obras de barragem, no Estado do Piauí, que foram prometidas há tanto tempo.

Lemos notícias em jornais a respeito de convênios, ou de contratos que serão celebrados com o Governo da Bahia, para a construção de açudes. Nós louvamos a atitude do Ministro neste sentido, em proporcionar à Bahia essas barragens, esses açudes. Mas queremos, ao mesmo tempo, reclamar que, no Estado do Piauí, temos algumas obras que secularmente nos falam a respeito delas, que jamais foram construídas e parece que não serão.

Queremos protestar contra isso, Sr. Presidente, principalmente com o que ocorre, atualmente, em Pedro II, que mereceu o nome do magnânime imperador D. Pedro II, pela manifestação do Governo do Império de que mandaria construir, naquela cidade e naquele município um açude denominado Mamoeiro. Este açude jamais foi construído. Passou a República e também continuou sem ser implantado.

Nós tivemos oportunidade de, a partir de 1955, consignar verbas no orçamento, quando nos era permitido legislar em questões financeiras. Nós começamos a implantar verbas para a construção do açude Mamoeiro, no Município de Pedro II. Posteriormente, depois de acumuladas algumas verbas, dotações já bastante expressiva, o DNOCS condenou os estudos geológicos daquele açude. Nós as mudamos, então, para um lugar chamado Joana, próximo daquele local Mamoeiro e, como foram feitos os estudos pelo DNOCS, a partir de 1962, 1963. Todavia, Sr. Presidente, também, até, hoje, o açude Joana não foi construído.

Ultimamente, as autoridades do DNOCS se movimentaram para um local denominado Garibas, a um quilômetro e meio da cidade de Pedro II, onde forma uma bacia, comprometendo a vários sítios plantados de cana-de-açúcar, de árvores frutíferas, de bananeiras, de mangais, de todas as árvores frutíferas. E ainda mais, Sr. Presidente, um patrimônio histórico do Município, um patrimônio histórico da cidade, onde foram implantadas fábricas de aguardente, com construções de mais de cem anos, e onde temos essas terras consideradas valiosas, do maior preço, as terras principais daquele município. Vão destruir também, com essa bacia, mais de um quilômetro da estrada de rodagem, a BR-404, entre Piripiri e Pedro II. E tudo isso, Sr. Presidente, para

não construir açude no lugar desejado, que nos proporcionaria cerca de 56 milhões de m³ de água. Vão construir um barreiro de 10 milhões, barreiro esse, Sr. Presidente, que nós já declaramos aqui que, não só é um atentado aos direitos daquele povo, porque vai comprometê-lo, vai prejudicá-lo, como não também atingirá o seu objetivo, porque não tem de onde vir a água para acumular, nos anos de verão, nos anos em que não houverem as chuvas. De modo que eu queria denunciar mais esta atitude do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que não sei a mando de quem, mas que representa um atentado aos direitos daquele município de Pedro II e, ao mesmo tempo, declarar que aquele açude, se realizado, não terá nenhum sentido para o abastecimento de água da cidade.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, e queria dar este protesto, porque já me manifestei, em várias oportunidades, e não tivemos uma resposta do Ministério do Interior. Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna para confirmar uma solicitação feita pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Rio de Janeiro e Delegacia Regional do Vale do Paraíba, no sentido de achar uma solução para o problema do pedágio que está instalado, o segundo posto de pedágio vindo do Rio de Janeiro para São Paulo, no Município de Resende, no Distrito de Itatiaia.

Sr. Presidente, instalaram um posto de pedágio, cortando uma cidade ao meio. Quem mora de um lado da cidade, no Distrito de Itatiaia, para ir a Resende, ou seja, um comerciante, um estudante ou uma pessoa que queira fazer alguma compra no comércio de Resende é obrigado a passar por este pedágio. E é obrigado a pagar o pedágio, tanto na ida como na volta.

Já a Federação das Indústrias solicitou ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem que achasse uma fórmula e, inclusive, ofereceu a solução: que todos os carros que fossem emplacados na cidade de Resende tivessem livre acesso a este pedágio, para evitar que se corte uma cidade ao meio.

No entanto, estamos recebendo este apelo do povo de Resende de que, até hoje, o DNER não deu solução e nem promete solução para breve.

Então, desta tribuna, Sr. Presidente, nós desejamos fazer um apelo ao Sr. Ministro dos Transportes e a quem de direito, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que evite cortar uma cidade ao meio. Porque, se isso nós fazemos numa cidade, o que acontecerá num Estado? Se nós já conseguimos corta as barreiras que existiam, que separavam os Estados antigamente, por que vamos criar uma barreira, cobrando daquele que mora dentro do mesmo município para ir estudar, para ir comprar ou para ir trabalhar? Este é o apelo que deixaria desta tribuna ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em nome do povo de Resende. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chegou-me às mãos um documento assinado pelo Sr. Jair Assis Ribeiro, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil. É um documento de uma instituição maçônica, que é o Grande Oriente do Brasil. E a maçônica,

ao longo da história nacional, sempre teve um papel importante, sempre desempenhou um papel importante na história da Nação brasileira, no campo político principalmente. Episódios como o da Independência, episódios como o da Proclamação da República, da Abolição da Escravatura, a maçonaria sempre esteve presente, trabalhando para que pudesse a Nação estar sempre ao lado das coisas progressistas, das coisas avançadas, ao lado da democracia. E esse documento que nos chega, Sr. Presidente, é do momento atual, é um documento onde o Grande Oriente do Brasil analisa os problemas da Nação brasileira e oferece, através de vários tópicos, sugestões; sugestões estas que coincidem com aquelas defendidas por grande parte dos nossos parlamentares e que representam o anseio da Nação brasileira. Sugestões tais como: Assembléia Nacional Constituinte, eleições diretas para a Presidência da República, reforma eleitoral, remodelação do setor econômico da Nação, da política econômica, saneamento do sistema financeiro, o problema da corrupção, problema social, muito bem levantado, problema educacional, fala da reforma agrária etc.

Realmente, Sr. Presidente, é um documento digno da história da Maçonaria, nesta Nação, e nós gostaríamos de parabenizar o Grande Oriente no Brasil, através do seu Grão-Mestre Geral, Sr. Jair Assis Ribeiro, e solicitar a transcrição nos Anais do Congresso Nacional desse verdadeiro manifesto que é intitulado "Ao Povo e à Pátria", do Grande Oriente do Brasil, que diz respeito ao momento atual, importantíssimo documento que, tenho certeza, terá repercussão nas mais diversas oficinas da Maçonaria que se estendem por essas cidades brasileiras, junto aos maçons que desempenham um papel importante e fundamental na sociedade brasileira e que levarão essa palavra da sua Ordem Maior, no sentido de somar, junto ao povo brasileiro, a vontade, o anseio de transformação para que esta Nação chegue a bom porto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TI-DEI DE LIMA EM SEU DISCURSO:

AO POVO E A PÁTRIA

O Grande Oriente do Brasil, instituição maçônica simbólica, regular, legítima e soberana, fundada em 17 de junho de 1822, teve como seu primeiro Soberano Grão-Mestre o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva que, após ligeiro interregno, transmitiu o cargo ao Príncipe D. Pedro de Alcântara, já intitulado "Defensor Perpétuo do Brasil" e, logo depois, seu Primeiro Imperador. Conserva a suprema honra de ter como seu Patrono a figura ímpar de Cidadão e Soldado, o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

Em seu seio se articularam e tomaram corpo as idéias que conduziram à Independência, à Abolição da Escravatura, à Proclamação da República, sendo que os dois primeiros governos republicanos — Presidentes da República e Ministros — foram constituídos por Maçons, e esteve o Grande Oriente do Brasil presente em outros eventos históricos da vida brasileira.

No momento em que o País atinge um ponto considerado crucial no caminho de sua vida como Estado e como Nação, a Maçonaria não pode omitir-se e tem que, necessariamente, manifestar-se aberta e claramente ao povo brasileiro, declarando como vê e sente o momento nacional que atravessamos e o que propõe para solucioná-lo.

O quadro comporta, antes de tudo, uma visão humana e social, porque a pessoa que forma a nação deve ser colocada como centro de toda preocupação brasileira em seu sentido mais amplo.

Comporta também visão política e econômica, visto que, para melhoria de condições de vida do homem, há

de se lhe assegurar condições de realização pessoal, para que ele se sinta integrado e possa colaborar com a evolução da Pátria.

Torna-se imperioso reconhecer o esforço do Exm^o Sr. Presidente da República no sentido do aperfeiçoamento da Democracia, atendendo, assim, aos clamores do povo e aos ditames de consciência livre, que deve prevalecer, considerando que está esgotada a predominância do autoritarismo sobre a vontade soberana do povo.

Importante, e como ponto de partida, é reconhecer que, ao invés de se irem remendando as legislações utilizadas anteriormente e que, efetivamente, são obsoletos e impraticáveis, se faça ampla e sensível reestruturação na legislação em vigor, tornando-a, não apenas amoldada a uma aspiração do Estado de Direito, mas que seja o sustentáculo desta aspiração.

Assim é que o Grande Oriente do Brasil identifica e propõe soluções para a problemática sócio-político-econômica brasileira, nos seguintes pontos:

I — Legislação:

a) é necessária a reforma urgente da nossa Carta Magna, de tal maneira que se possa dar ao País uma Constituição que assegure a todos os brasileiros o pleno estado de direito e a segurança individual;

b) a legislação sobre segurança nacional deverá sofrer alterações, sob a inspiração de uma doutrina mais consentânea com os modernos conceitos sobre a segurança do Estado;

c) deverá ser reformada a legislação tributária, para assegurar maiores recursos financeiros aos Estados e Municípios;

d) a legislação sobre organização, interdependência e autonomia dos três Poderes da União, deverá ser elaborada de maneira que os Poderes Legislativo e Judiciário possam exercer os seus papéis em igualdade de tratamento. Tal se conseguirá com o retorno ao Congresso Nacional das prerrogativas que lhe são próprias, assim como do melhor aparelhamento do Poder Judiciário, inclusive adequação dos encargos financeiros, para que a Justiça não continue cada vez mais longe da maioria do povo.

II — Aspecto Político-Institucional:

a) reforma eleitoral que permita o surgimento de todas as correntes de opinião pública no plano político nacional, respeitadas as tradições do povo brasileiro, bem como o acesso dos candidatos aos meios de comunicação, de forma a não permitir o predomínio do poder econômico;

b) eleições diretas para Presidente da República. A Maçonaria ensina que todo o poder emana do povo e, em seu nome, é exercido;

III — Dívida Externa:

a) o seu volume excede a capacidade de amortização da nossa economia, de nada valendo as medidas artificiais creditícias que, sem alívio dos pesados encargos que suportamos, inclusive boa parte caindo sobre os trabalhadores de mais baixa renda, apenas servem aos interesses dos credores, eternizando uma dívida que, como a teia mitológica, quanto mais se paga mais aumenta;

b) deve ser combatida e repelida pelo Governo brasileiro a taxa dos juros móveis que, de acessórios do principal, passam, incorporados a este e gerando sempre novos encargos, à deliberada exaustão de nossa economia enquanto sufocam a nossa capacidade produtiva;

c) há de se reconhecer e, portanto, condenar a existência de uma situação econômica negativa,

agravada pela crise mundial que retorna, se instala e dissocia a atividade financeira da atividade produtiva, de tal forma que as operações especulativas passem a ser mais vantajosas;

d) em face de tudo isto, a Maçonaria entende que cabe ao Governo brasileiro adotar providências visando a acabar com este estado de coisas, admitindo a moratória como medida extrema;

e) os acordos, convênios e pactos de natureza econômico-financeira devem ser firmados com mais realismo, sem sujeição a critérios externos que interfiram na vida nacional e ameacem a sua soberania.

IV — Dívida Interna:

a) seu volume demasiadamente alto e de graves consequências, em todas as atividades do País, está a exigir as seguintes medidas:

1 — a necessária e urgente desdolarização da dívida interna;

2 — cadastramento de todos os credores internos do País, para sua identificação.

V — Outras Medidas:

a) saneamento do Sistema Financeiro, desviando-se os recursos das atividades especulativas para o investimento produtivo, em ambos os setores: público e privado;

b) substituição gradativa da exportação de matérias-primas, sempre procurando agregar mão-de-obra ao produto a ser exportado;

c) a política do índio deve ser considerada com seriedade. Deve ser garantida a terra que lhe pertence e que deve ser assegurada pelo Estado, bem como a manutenção da sua cultura, sem interferência de organismos estrangeiros;

d) moralização urgente das atividades financeiras ligadas a poupança e seguros, de tal sorte que seja possível reduzir-se ao mínimo o prejuízo dos poupadores e dos segurados, mais pelas exigências de garantias das próprias instituições de mercado, do que da Nação; além da severa punição dos responsáveis por quaisquer desvios;

e) orientar a administração no sentido de proibir a aplicação de recursos públicos em obras suntuosas, em detrimento da comunidade, e coibir o abuso e a malversação do dinheiro público;

f) a questão do Nordeste não pode continuar sendo tratada com enfoque apenas regional. É um problema nacional e que exige providências de ordem política. Torna-se necessária a urgente definição de prioridade para o Nordeste, evitando que o dinheiro do País seja gasto apenas em soluções paliativas, que não resolvem a situação global. Além dos poços artesianos, os estudos de irrigação do Nordeste, alguns já concluídos, devem ser executados dentro do menor prazo, como também a mudança da política fundiária para a região, assentando trabalhadores rurais sem terra;

g) mobilização nacional contra o analfabetismo e maior percentual de recursos para a educação, de modo que o Estado possa assegurar o ensino gratuito e de boa qualidade a todos os brasileiros;

h) reforma agrária adequada a cada região, como forma de radicar o homem na terra e dar-lhe condições de trabalho;

i) combate à carestia, com a diminuição das taxas de juros e investimentos maciços em produtos essenciais à mesa do povo;

j) retomada do desenvolvimento interno, com oferecimento de emprego e salário justo;

l) reforma da Legislação Trabalhista de modo a estabelecer as condições de greve, como acontece nos demais países civilizados e democráticos;

m) política de incentivo à produção, com o estabelecimento de preços justos aos produtos agrícolas e implementação de controle da sua comercialização, de maneira que, entre o preço do produto fixado junto ao produtor e o preço final para o consumidor, possa haver apenas os acréscimos dos cursos indispensáveis à sua comercialização e do lucro razoável para esta atividade, eliminada, tanto quanto possível, a figura do intermediário.

Conclusão:

Com este pronunciamento, procuramos alertar os dirigentes de nosso País e o povo brasileiro para os assuntos que consideramos mais urgentes.

A Maçonaria brasileira conclama os vários segmentos da sociedade, inclusive todos os Partidos Políticos, a refletirem sobre o momento por que passamos, e proponham alternativas válidas para a volta do País à normalidade política e econômica, que todos almejamos e que virá decorrer basicamente de um entendimento nacional de alto nível.

Brasília, 11 de outubro de 1983. — **Jair Assis Ribeiro**, Grão-Mestre Geral Grande Oriente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Na forma regimental, quero fazer uma comunicação aos Srs. Congressistas.

No período que antecede à Ordem do Dia das matérias referentes às sessões conjuntas do Congresso Nacional, há um tempo destinado a breves comunicações, criado pela praxe.

Essa breve comunicação dá cinco minutos a cada Parlamentar. De modo que queria pedir aos Srs. Parlamentares que procurassem condensar o seu pensamento e aquilo que será inscrito no *Diário do Congresso Nacional* dentro desse período para podermos atingir esse objetivo.

Não quero fazer esta referência na hora em que falou o Deputado Tidei de Lima, não há nenhuma referência nesse sentido, mas é que se houver uma sucessão de solicitações de transcrição de documentos que poderão ser de pequena metragem, mas poderão ser de longa metragem. É evidente que estaremos infringindo aquilo que é uma concessão que está sendo feita por parte daqueles que dirigem a sessão do Congresso Nacional, cumprindo uma tradição.

A abertura da sessão é clara: "Há oradores inscritos para o período de breves comunicações". Portanto, apelo aos Srs. Parlamentares, no sentido de que, efetivamente, aproveitem bem esse tempo, para breves comunicações, se não teremos que produzir uma edição especial do *Diário do Congresso Nacional*. Não é com referência ao nobre Deputado que acaba de falar, o que será devidamente examinado.

O Sr. Luiz Dulci — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — V. Ex.^a tem a palavra como Líder.

O SR. LUIZ DULCI (PT — MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas

Para registrar que amanhã, às 11 horas, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a CAPEMI reinicia a sua coleta de depoimentos, com vista à apuração de todos os escândalos que cercaram o chamado episódio CAPEMI.

Depois de uma interrupção de quinze dias, determina-se pelo Presidente Léo Simões, para que fosse estudado

um pedido formulado por dois Deputados do PDS, no sentido de que a CPI deixasse de funcionar, já que ela estaria se sobrepondo ao trabalho da Justiça Comum, no Rio de Janeiro, que havia arrolado uma série de personalidades vinculadas ao escândalo da CAPEMI, no seu processo enquanto Justiça Comum.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a CAPEMI, reunida, chegou à conclusão, por unanimidade, de que não há absolutamente superposição de funções entre uma Comissão de Inquérito do Poder Legislativo e um inquérito da Justiça Comum, e que, nesse sentido, o fato de um cidadão, qualquer que seja ele, estar ou não indiciado ou arrolado em um inquérito da Justiça Comum, não impede, de maneira alguma, que ele preste depoimento e seja inquirido em uma Comissão de Inquérito do Poder Legislativo.

Por outro lado, a Comissão Parlamentar de Inquérito da CAPEMI reafirmou, também, a sua disposição de ouvir, na sequência dos seus trabalhos, todas aquelas pessoas que a Comissão se propunha a ouvir antes da interrupção desses 15 dias, fossem ligadas ou não a quaisquer autoridades do Governo Federal de qualquer nível, ouvir todas as personalidades que pudessem ou que possam trazer alguma luz sobre o escândalo da CAPEMI, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, cumprindo a sua função de Comissão do Poder Legislativo, que é esclarecer a opinião pública e não, naturalmente, processar ninguém, do ponto de vista judicial, pudesse cumprir o seu papel.

Dessa forma, a comissão reinicia amanhã, às 11 horas, ouvindo o Dr. Antônio Balbino, advogado ligado ao problema da CAPEMI, e vai ouvir, oportunamente, as duas personalidades que deram origem, sem dúvida alguma, ou, pelo menos, ao que tudo indica, ao pedido de que os trabalhos da comissão fossem suspensos, o irmão do General Newton Cruz, e o filho do Presidente Figueiredo. A comissão, dentro da maturidade que já tinha antes, entendeu que não havia razão alguma para alterar a ordem dos depoimentos apenas para ouvir essas duas personalidades. A comissão vai continuar ouvindo os depoimentos na ordem original, e ouvirá no seu momento oportuno, se entender necessário, se puderem trazer luz aos episódios que a comissão está apurando, também estes dois, o irmão do General Cruz e o filho do Presidente Figueiredo.

Nesse sentido, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu queria saudar essa decisão de não sustar os trabalhos da CPI da CAPEMI, pelo contrário, de levá-los até o fim, para que o povo possa continuar acreditando no Poder Legislativo e na sua capacidade de apuração dos fatos que interessam à Nação brasileira.

Por último, registrar, também, que igualmente, por unanimidade, todos os membros da CPI da CAPEMI, e dos vários partidos que têm assento nesta Casa, decidiram acolher o parecer do Deputado Farabulini Júnior, no sentido de que uma Comissão de Inquérito, do Poder Legislativo, absolutamente não se superpõe nem contradiz uma Comissão de Inquérito ou o inquérito judicial comum. A CPI da CAPEMI decidiu apresentar ao final dos seus trabalhos, como projeto de decreto legislativo, o parecer do Deputado Farabulini Júnior, brilhantíssimo, muito oportuno, pretendendo, com isso, firmar jurisprudência nesta Casa, de que os inquéritos do Poder Legislativo não têm, absolutamente, nada a ver, em si mesmos, com os inquéritos judiciais ou os inquéritos da Justiça Comum. E que, por isso mesmo, um inquérito não anula e nem prejudica o outro. Que essa jurisprudência seja acatada pela Casa e fique firmada, para que os inquéritos do Poder Legislativo não tenham, nunca mais, qualquer impedimento desse tipo.

Quero registrar, com imensa satisfação, que a CPI da CAPEMI volta aos seus trabalhos e, certamente, oferecerá à opinião pública todos os elementos para que esse

escândalo que envolve altas personalidades da Nação, possa ser, cabalmente, esclarecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas

Em 1937, foi feito um decreto criando o Estado Novo. Naquela época, meu pai, e meu sogro eram deputados estaduais, e todos dois perderam o mandato.

Eu me elegei prefeito de Belo Horizonte em 1962, com mandato em 1963, 1964, e em 31 de janeiro de 1965 me tiraram o mandato; roubaram-me, realmente, a Prefeitura, numa madrugada, forças militares e o Governo do Estado.

A minha candidatura foi impugnada em Minas Gerais no Tribunal Regional Eleitoral, veio para Brasília e eu no dia 7 de novembro obtive decisão favorável; dia 11 de novembro fui cassado, e nos dias 12, 13, 14 e 15 eu elegei minha esposa Deputada Federal, Nísia Carone. Ela ficou 2 anos nesta Casa. Depois veio o problema do Márcio Moreira Alves e a Junta Militar assumiu o País, e a minha esposa teve os seus direitos políticos suspensos.

Então, o que acontece neste País é que, em 10, 15 ou 20 anos, os militares vêm para a rua, fecham realmente — vamos dizer assim — o Congresso, fazem cassações e deposições. E nós, no Congresso Nacional — e isto na minha opinião — porque fiquei afastado da vida pública por 18 anos, e se amanhã fechar o Congresso eu volto para Belo Horizonte, ou para Visconde do Rio Branco, e vou cuidar da minha vida, porque já me acostumei a ficar afastado da vida pública, como fiquei durante 18 anos; e quando não era eu considerado cidadão brasileiro, que não podia transigir nem negociar com bancos e estabelecimentos oficiais, porque era proibido, e o que ocorria a nós, que éramos cassados, quando chegávamos em algum departamento ou em alguma secretaria, notávamos que havia realmente uma restrição.

Graças a Deus, saí livre de nove processos criminais, fui absolvido em todos eles, sendo que, no período da Revolução, a turma que estava no poder fazia força para que eu fosse condenado. Mas fui absolvido, porque encontrei um grande Promotor, Alvim Jacó Saad, que teve a coragem de pedir a minha absolvição, bem como o Juiz Paulo Viana Gonçalves, que concedeu a minha absolvição.

Eu estou notando uma movimentação no Congresso e o que acontece é o seguinte: o Governo está há 18 anos legislando por decreto; chega de decreto. Ontem mesmo, em conversa com meu amigo, que trabalhou comigo, Ministro Ibrahim Abi-Ackel, eu disse ao Ministro que era preciso mudar, era preciso mandar para aqui um projeto de lei, o qual seria estudado pelo Legislativo, e ao qual poderíamos dar uma solução o mais rápido possível. No entretanto, não sei o que está acontecendo. O fato é que não se chega a um acordo. Mas acho, com toda a sinceridade, que tem que haver entendimento entre as correntes políticas, pois caso contrário vai arrebentar, e o pior é que a corda arrebenta e ela está podre dos dois lados. Nós não sabemos o que vai realmente acontecer.

Então, quem já tem os exemplos que estou citando, de perda de mandato e de golpes militares, em que minha família foi realmente prejudicada, porque sempre tivemos uma posição e nela permanecemos. E quero até terminar, lembrando, agora, quando o Ministro Galvêas declara que a "vaca vai para o brejo". Quando me tiraram da Prefeitura eu fui me dedicar a pecuária, e então eu gostava de concurso leiteiro. Eu tinha uma vaca que se chamava Fardada, a outra Corrupta, uma Subversiva e outra Redentora, e tinha um touro que se chamava

IPM; a Fardada foi campeã leiteira, por dois anos seguidos, em contagem, ganhou o Balde de Ouro. Então eu gostaria de saber do Ministro Galvão qual das vacas que foi para o brejo, se foi a Fardada, a Corrupta, a Subversiva ou a Redentora.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, que falará pela Liderança.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Na verdade, não era propósito meu falar, hoje, na sessão do Congresso Nacional. Entretanto, alguns assuntos trazidos a esta Casa, e algumas notícias que aqui chegaram me obrigam a usar a tribuna.

Hoje, o ilustre Deputado Lázaro Carvalho, do PDS do Rio de Janeiro, utilizando o Pequeno Expediente, fez um discurso que nada mais é do que uma catilinária contra o ilustre Governador Leonel Brizola.

Poucas vezes assomei à tribuna para falar sobre o Governo de Leonel Brizola. Talvez não lembre de nenhuma vez ter subido à tribuna para defendê-lo, entretanto me pareceu ser obrigação fazê-lo hoje, no que tange a esclarecimentos ao Congresso Nacional e à Nação brasileira.

É evidente que o Deputado Lázaro Carvalho não está acostumado com a prática democrática. É evidente que o Deputado Lázaro Carvalho, que tem uma boa votação em Duque de Caxias, venha a esta Casa, à Câmara dos Deputados, protestar contra a construção de minipresídios no Rio de Janeiro e dois na Cidade de Duque de Caxias.

Na verdade, aqueles que estão a criticar o Governo de Leonel Brizola; aqueles que estão acostumados com os desmandos de vinte anos de autoritarismo no País; aqueles que estão acostumados com a má sorte da população do País, especialmente a do Rio de Janeiro; têm que se colocar contra um Governo de liberdade no Rio de Janeiro; um governo que, na verdade, tem usado a eleição popular como uma forma de demonstrar quão diferente é um governo eleito pelo povo e os governos que chegam aos palácios por indicação de algumas pessoas.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no Rio de Janeiro não existe mais a violência. Hoje mesmo a população sente que até a polícia, outrora violenta, tem tido um novo comportamento. É evidente que os índices de violência que existem no Rio de Janeiro, como em São Paulo e em todas as Capitais do País, são consequência da miséria, do desemprego, da inflação e da recessão que atinge toda a Nação brasileira.

O Deputado Lázaro Carvalho, na verdade, esperava do Governo do Rio de Janeiro as mesmas violências, que por certo aplaude, nos vários cantos do País. E até a referência aos camelôs é bem das cabeças das pessoas que se acostumaram, durante vinte anos, com um projeto autoritário e um projeto de violência. Reclamam porque o Governador Leonel Brizola não reprimiu os camelôs no Rio de Janeiro, como se nós fôssemos culpados da existência de camelôs e de desempregados. Com menos de seis meses já queria, o Deputado Lázaro de Carvalho, que o Governador Leonel Brizola resolvesse todos os problemas do Rio de Janeiro, ele que está, há vinte anos, acompanhando um Governo em que as questões mínimas deste País não têm soluções.

O Sr. Eduardo Galil — V. Exª me permite um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Eu vou oferecer, ao ilustre Deputado Eduardo Galil, o aparte que ele solicita.

O Sr. Eduardo Galil — Não vou entrar no mérito das discussões contra a administração do Governador Leo-

nel Brizola, primeiro porque, realmente, seis meses é um prazo extremamente curto para analisar uma administração pública. Em segundo lugar, eu sou um Deputado interiorano, do Estado do Rio e quanto às reivindicações das regiões que represento, nada posso vislumbrar, porque não conheço o planejamento futuro; quais as estradas que serão asfaltadas, os postos de saúde que serão implantados no interior, o tipo de sistema de atendimento, em termos de transporte coletivo etc. Acho que o Governo de V. Exª realmente carece de um projeto de obras a serem realizadas e tudo mais. Mas gostaria, neste aparte, de fazer uma correção: o Deputado Lázaro de Carvalho está no PDS há questão de menos de um ano ou dois, não é justo que V. Exª o diga governista e responsável por tudo que se fez ou não, em Caxias; ele foi um bravo Deputado de Oposição, como V. Exª tem sido, aqui, nesta Casa. Eu solicitaria a V. Exª que fizesse essa correção, e o visse como cidadão que aderiu no momento de abertura, o momento do processo de democratização, e não num período em que estava tudo mais difícil, o que também não vai tisonar a sua imagem e nem demonstrar nenhuma incoerência, porque o próprio Governador Leonel Brizola tem sido, atualmente, um grande apoiador do Presidente João Figueiredo. Eram estes os esclarecimentos, que eu agradeceria a V. Exª que incluísse no seu discurso como modestíssimo aparte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Deputado Eduardo Galil, eu agradeço a colocação de V. Exª, e, na verdade, eu não queria descer a detalhes e a minudências como, de que lado do Governo estava o Deputado Lázaro de Carvalho. Só quero dizer a V. Exª, que o Deputado Lázaro de Carvalho saiu do PMDB do Rio de Janeiro, para o PDS. E aí pior, ele sempre esteve no Governo do Rio de Janeiro, com o Sr. Chagas Freitas, e depois passou para o PDS. Eu não queria entrar em detalhes, ele estava com Chagas, e depois saiu e foi para o PDS. São as colocações que eu gostaria de fazer a V. Exª

O Sr. Eduardo Galil — Se V. Exª me permitisse, eu esclareceria. O Deputado Lázaro de Carvalho é um Deputado do antigo Estado do Rio.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Certo.

O Sr. Eduardo Galil — Ele foi Deputado na antiga Assembleia do antigo Estado do Rio. Ele foi oposição a vários governadores, pôs 64.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sim. É verdade.

O Sr. Eduardo Galil — Só depois de fusão é que, realmente, ele foi 2 anos de governo, mas 2 anos de governo não no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi, como V. Exª que, sendo Deputado aqui, eu não lhe posso cobrar, por exemplo, projetos de conservação da estrada Nova Friburgo — Trajano de Moraes, ou o asfaltamento de Trajano de Moraes a Conceição de Macabu. Eu lhe posso cobrar aqui, sem dúvida alguma, a atuação parlamentar. A atuação administrativa devo cobrar do governador daquele Estado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Perfeito. Mas V. Exª pode me cobrar o apoio ao Governo Leonel Brizola, ou não? Esta é a questão fundamental.

Eu sou daqueles, nobre Deputado Eduardo Galil, que são contra essas obras faraônicas de estradas. O Governo do Rio de Janeiro, por exemplo, está a gastar agora, num planejamento para melhorar a estrada Rio—Cabo Frio onde o DER vai fazer uma grande obra, e até sou contra. Eu vou dizer a V. Exª, a minha perspectiva é de que o nosso governo tem que ser diferente, nós temos é que recuperar as estradas, nós temos é que fazer pequenas obras para, depois, quando tivermos dinheiro nos ocuparmos das obras que marcam época, as que todos os

governos gostam de fazer; os túneis e as grandes obras para aparecerem como construção deste ou daquele governo. A minha filosofia é diferente.

Deputado Eduardo Galil, a violência do discurso do nobre Deputado Lázaro Carvalho me surpreendeu. Não vou enumerar aqui o que se tem feito no Rio de Janeiro, que recebeu um orçamento absolutamente liquidado do governo anterior. E, hoje, nós não temos condições nem dinheiro para comprar nem mercúrio cromo. Todo o trabalho que se faz no Rio de Janeiro tem sido de apelo à população: a questão da recuperação de mais de 7 mil escolas, no "Projeto Mãos à Obra", onde a população está ajudando o Governo do Rio de Janeiro, porque se dependesse do orçamento ou das minguiadas verbas que caem do Governo Federal, estaríamos na falência.

É evidente que se procura, quando o Deputado Lázaro Carvalho critica a construção de dois minipresídios em Caxias, nós estamos tentando superar um problema grave que é a superlotação do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, que está, todo dia, a causar vítimas, em todos os governos, em face da precariedade do sistema penitenciário.

E uma outra colocação que eu gostaria de fazer é que, quando o Deputado Roberto Jefferson, a quem eu tenho o maior respeito e a maior admiração, criticara o Governador Leonel Brizola numa entrevista que dera à imprensa, denunciando uma trama externa contra a abertura, ele dava a entender que quando nós chegamos aqui sabíamos que existiam decretos-leis, que o Congresso não tinha as suas prerrogativas, que o Governador Leonel Brizola, quando foi eleito, devia saber das coisas que aconteciam no País, e que não se deve denunciar os fatos que possam, de alguma forma, criar problemas para o País.

Ora, Srs. Congressistas, o ilustre Deputado Lázaro Carvalho, chamar o Governador Leonel Brizola de incendiário.

O Deputado Roberto Jefferson acha que o Governador Leonel Brizola não deve dar conhecimento à Nação de possíveis conspirações contra o processo democrático. É aquela velha história: "em qualquer das situações eu estarei contra você, mesmo que você esteja certo". É obrigação, neste País, de todos nós homens públicos, denunciar quaisquer ameaças à segurança do País, ameaças, inclusive, ao processo de abertura.

E o Deputado Eduardo Galil que disse, como alguns Deputados às vezes querem dizer, sobretudo quando nós estamos na tribuna a criticar o Governo Figueiredo, que o Governador Leonel Brizola apóia o Governo Figueiredo. É um grande equívoco. O que nós não queremos, Deputado Eduardo Galil, para nós ou para o processo democrático, o que nós não queremos é o rompimento do processo democrático no Brasil. Para nós não interessa a conspiração, para nós não interessa o rompimento do processo democrático. E, nesse sentido, é a posição do Governador Leonel Brizola, como acho que é a posição de todos os homens sensatos neste País. Nós queremos é aprofundar o grande problema deste País, Deputado Eduardo Galil, é aprofundar o processo democrático. E neste sentido, transpondo o que digo, recebi há pouco as modificações do novo Decreto-lei.

Sou Vice-Líder do PDT, tenho uma posição que, de modo algum, apesar de ser Vice-Líder, me colocará na condição de absoluta obediência a pontos de vista, inclusive do Governador Leonel Brizola, que é líder do meu Partido. Tenho a minha posição, uma posição independente. Aí porque dizer, que raramente subi à tribuna para tecer considerações sobre o Governo de Leonel Brizola, embora eu tenha certeza que, se hoje houvesse no Rio de Janeiro uma eleição, ele teria o dobro da votação que teve.

O Sr. Eduardo Galil — Permite-me mais uma intervenção no seu discurso.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Mas, só para conceder o aparte à V. Exª, eu recebi há pouco as modificações do Decreto-lei nº 2.064. Sou daqueles que acreditam que o Ministro Delfim Netto aposta na ditadura, aposta na fechadura, aposta, inclusive, no fechamento desta Casa. Sou daqueles que acreditam. E advogo para que tenhamos a competência de não ir a um confronto desnecessário.

Dou o aparte a V. Exª e continuarei se ainda me sobrar tempo.

O Sr. Eduardo Galil — V. Exª diz que há um grande equívoco da minha parte quando eu digo aqui que, pelas declarações, pelas palavras, pelo discurso, pela entrevista, o Governador Leonel Brizola apoia o Presidente Figueiredo. Essa é a afirmação de V. Exª

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sem dúvida.

O Sr. Eduardo Galil — V. Exª afirmou exatamente isso?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Exatamente isso.

O Sr. Eduardo Galil — Então, eu às vezes, sinto uma certa inveja desse talento do Governador do Estado do Rio, que não apoia um Governo Federal ao qual ele oferece dois anos de prorrogação de mandato. Como é que eu posso imaginar que uma pessoa possa estar na chefia de um poder executivo com tantas responsabilidades, com 4 milhões ou mais de almas de fluminenses, de brasileiros, sob seu comando e que oferece concretamente uma prorrogação de dois anos, sob o testemunho, sob a divulgação da mais respeitável imprensa do País, ao Presidente Figueiredo, e V. Exª me acusa de equivocado quanto a esse apoio do Sr. Leonel Brizola ao Presidente Figueiredo. Queria fazer esse reparo ao seu discurso, pois acho que é uma injustiça que V. Exª me faz, me acusando de equivocado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não.

Deputado Eduardo Galil, eu continuo a dizer que V. Exª está equivocada. E direi mais: sou daqueles que não concordo com a tese prorrogacionista do Governador Leonel Brizola. Não concordo, e até afirmo que o Governador Leonel Brizola reiteradas vezes propôs esta prorrogação ao Presidente Figueiredo

O Sr. Eduardo Galil — Isto não é apoio?

O Sr. Brandão Monteiro — Eu não vejo como apoio. É um projeto ou um processo de transição, em que ele acha que o General Figueiredo é o grande fiador da abertura, e que se pudesse fazer a coincidência de mandatos ao final de 1986, onde haveria eleições gerais no País. Mas isso não quer dizer que ele apoie o General Figueiredo. Ele está todo dia a criticar a política econômica do Governo Figueiredo. Está a pedir, inclusive, a substituição dos Ministros da área econômica. Está a criticar os bolsões que pretendem, como aqui em Brasília se pretendeu, medidas de emergências para fazer este Congresso ficar de quatro ou de cócoras. Não vejo apoio. Esta é uma questão política de entender que o general Figueiredo, que foi o Presidente que cumpriu os compromissos da abertura, pudesse ser o fiador desse processo de transição. Agradeço o aparte de V. Exª, embora não concorde com o Governador Leonel Brizola.

Mas, continuando, eu diria que acabei de ler as novas modificações do Decreto-lei. Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, eu até não queria me estender, pois todos nós estamos cansados, mas o Deputado Eduardo Galil, ao me apartear, me fez estender o meu pronunciamento, para dizer que eu não acredito em uma vírgula, de que a modificação desse decreto possa resolver os problemas

do País. Há uma angústia do Senhor Galvêas, do Senhor Delfim Netto e do Senhor Pastore, porque o País está no fundo do poço, uma angústia para dar uma satisfação aos nossos mandantes internacionais e aos nossos banqueiros. Não acredito?

A inflação vai chegar a 300%, a recessão está aí. Se os decretos do Sr. Delfim Netto resolvessem o problema deste País e, sobretudo, o problema inflacionário, nós estamos há 90 dias com os 80% do INPC em cima dos trabalhadores, e a inflação subindo dia-a-dia. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Mas acho mesmo que as Oposições — eu vou concluir, Sr. Presidente — ou boa parte das Oposições, tentando evitar um confronto entre o Executivo e o Legislativo devem, pelo que estou observando, até negociar a passagem desse decreto-lei no Congresso. Que pelo menos nós, do conjunto da Oposição, ou aqueles que negociarem para evitar o confronto, como é o clássico, exijam avanços institucionais no País. Que, pelo menos, exijam o compromisso do General Figueiredo, se em 90 dias esse processo inflacionário não tiver uma decada, se a recessão não se aprofundar, que pelo menos ele assuma um compromisso com este País, porque o povo já está cansado.

Fala-se muito em cascata, agora é a cascata, se a cascata vier, melhora — tudo é uma cascata. Se o Presidente da República e as oposições negociarem, pelo menos, que ele assuma um compromisso com a Nação, de derrubar essa equipe econômica e modificar um pouco essa política econômica, que tanta desgraça tem trazido ao País e que tanta perplexidade tem trazido a todos os brasileiros. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Líder Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas

Desde que foi indicado candidato à Presidência da República, o General João Baptista Figueiredo tem procurado dar uma demonstração ampla, profunda e sincera ao País, de sua vocação democrática e de seu indesejável interesse na consolidação do regime democrático que herdou do Presidente Ernesto Geisel, após a revogação do Ato Institucional nº 5.

Sua Excelência foi empossado, e a partir de então, procurou na prática viabilizar este regime, começando com a anistia aos cassados e, em seguida, com as eleições diretas dos Governadores e a restauração também da eleição direta dos Senadores.

Daí por diante, outros gestos do Presidente da República têm sido conhecidos, sempre na linha da democracia, do entendimento, a concórdia e da negociação política.

Todavia, Sr. Presidente, a sua tarefa ingente tem sido a todo instante embaraçada por aqueles que parecem ser os mais interessados, os mais diretamente beneficiados pelo regime democrático, que são parcelas ponderáveis da Oposição.

Quero me referir, agora, ao episódio das comissões parlamentares de inquérito. As comissões têm sido criadas sem embaraços por parte do PDS e estão funcionando. O PDS jamais procurou obstruir o caminho da Oposição naquilo que diz respeito à apuração da verdade. Temos a CPI do Grupo CAPEMI, a qual não quero fazer menção agora, mas temos também a CPI da Dívida Externa, que é, neste instante, objeto da minha presença nesta tribuna.

Sr. Presidente, esta Comissão se constituiu para apurar o que se convencionou chamar dívida externa, mas o que tem feito, ao longo deste período, é precisamente se localizar em dois temas: um deles, que pareceu muito

apetitoso é fome publicitária de grupos da Oposição, que era o episódio das Polonetas; depois, vencido o problema, a CPI se fixou no problema do Relatório Saraiva. E somente serodidamente a Comissão se reúne para ouvir economistas que vem, estes sim, falar sobre a dívida externa. Uma coisa é a dívida externa em si mesma, outra coisa é aquilo que a juízo da Oposição, rende-lhe dividendos publicitários. E, aí, o impatriotismo daqueles que insistem neste setor da investigação no campo das comissões parlamentares de inquérito.

Sr. Presidente, os jornais têm publicado, com muita insistência, aquilo que viria a ser o depoimento do ex-Ministro Sílvio Frota, o Ministro chegou hoje, foi à Comissão Parlamentar de Inquérito, e ali propôs que a Comissão se transformasse numa Comissão funcionando em regime secreto, para que ele pudesse prestar o seu depoimento. Nós do PDS, no mesmo instante, através de nossa liderança, propusemos que a Comissão funcionasse aberta, escancaradamente para que a Nação inteira ficasse sabendo do completo teor do depoimento do ex-Ministro Sílvio Frota. Nós não temos absolutamente nada para esconder, e não queremos acobertar nenhum desvio no que diz respeito ao interesse nacional. Ao verdadeiro interesse nacional. Por isso propusemos que a Comissão funcionasse abertamente. Para nossa surpresa, Sr. Presidente, a oposição, ali, votou unanimemente pelo fechamento das portas à imprensa e ao povo que ali se encontrava. Feito isto, eu lá me encontrava, e este detalhe eu posso revelar, porque creio que não constitui nenhuma quebra de sigilo. O Presidente da CPI, Deputado Alencar Furtado, advertiu seguidamente aos seus membros de que nada do que houvesse ali poderia ser divulgado. Aquele que divulgasse o que ali aconteceu, responderia penalmente de acordo com a lei. Para a minha surpresa, Sr. Presidente, vi, ainda há pouco o Deputado Matarazzo Suplicy, usar daquela tribuna para se referir extamente ao que aconteceu na Comissão Parlamentar de Inquérito, segundo a sua versão. Eu teria muito o que dizer sobre o que ali aconteceu. Eu estive lá, ouvi o depoimento e confesso que, do ponto de vista do Governo, fiquei satisfeitos, mas não posso revelar aqui. Eu estou subordinado e submetido à lei e às advertências do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Estou submetido porque sou do PDS, se eu fosse da Oposição, talvez não estivesse. O Deputado Matarazzo Suplicy não está. E tanto não está que veio a esta tribuna falar sobre o assunto. Eu não tenho coragem. Eu não discuto a lei, eu sou amigo da lei, eu sou submisso à lei e só a ela.

Mas, muito mais do que isso, Sr. Presidente, o Deputado Matarazzo Suplicy apresenta à Mesa da Câmara um requerimento pedindo informações ao Presidente da República sobre este assunto.

E o item nº 2 diz o seguinte: a que conclusões chegou sobre a responsabilidade de participação nas irregularidades apontadas. E adiante ele diz: "recebimento de comissão por ocasião de empréstimo levantado junto ao Banco Francês, depositada esta comissão em conta azul em bancos na Suíça, por parte do então embaixador Antônio Delfim Netto e seus assessores, citados no relatório".

O nobre Deputado Matarazzo Suplicy está afirmando, aqui, a existência de uma conta azul na Suíça, em nome do Ministro Delfim Netto, com o dinheiro provido de corrupção.

Aqui, é uma afirmação.

Em que S. Exª se baseia não posso eu saber. Se é sobre o depoimento do Ministro Sílvio Frota, eu até gostaria de falar mas não posso, estou impedido; S. Exª pode, eu não posso.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Pois não.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputado Edison Lobão, em primeiro lugar preciso notar algumas contradições no pronunciamento de V.Exª porque os fatos mostram que o PDS, ao contrário do que V.Exª afirmou, por diversas vezes tentou impedir o andamento dos trabalhos da CPI, como, por exemplo, a iniciativa do Deputado Jorge Arbage, vice-Líder do PDS, que tentou impedir que o General Sílvio Frota fosse àquela Comissão. Também fez requerimento solicitando que não se averiguasse naquela Comissão o Relatório Saraiva, sendo que aquilo que consta do informe do Coronel Raimundo Saraiva Martins se refere a problemas ocorridos por ocasião de levantamentos de empréstimos pelo Brasil no exterior. Não fiz qualquer revelação, não descumprir, em qualquer momento, o compromisso que todos tivemos hoje de manter o sigilo no pronunciamento que fiz há poucos instantes nesta sessão do Congresso. O requerimento faz referência a informações que já são do conhecimento público e dos próprios membros da CPI, pois se V.Exª puder averiguar o que constou dos depoimentos anteriores, do próprio Coronel Raimundo Saraiva Martins, do Coronel Dickson Grael, da Sra. Marisa Tupinambá de Oliveira e outros depoimentos e aquilo que já saiu na imprensa, no jornal *O Estado de S. Paulo*, na Revista *Senhor*, no *Correio Braziliense*, na *Folha de S. Paulo*, no *Jornal de Brasília*, em quase todos os jornais, isto já é do conhecimento público. Sabe-se, e saiu na imprensa, que o informe enviado pelo Coronel Raimundo Saraiva Martins, então adido militar do Brasil, na França, revelava que, segundo o depoimento do Diretor do Banque de Credit Commercialle, da França, Jacques de Broissia, ele havia, uma vez, depositado recursos em conta azul, na suíça, por solicitação de assessores do então Embaixador Antônio Delfim Netto. Eu ainda não cheguei a uma conclusão definitiva sobre a inocência ou culpabilidade do Embaixador Antônio Delfim Netto. Eu espero que ele próprio, como Ministro do Planejamento, sabendo que estas notícias são alvo, hoje, do conhecimento público, esclareça isso. Não basta, agora, uma nota da Secretaria do Planejamento, como aconteceu em algumas ocasiões, dizendo que são acusações ridículas, infundadas; é necessário um esclarecimento total. Nós ainda estamos aguardando o depoimento...

O SR. EDISON LOBÃO — Peço a V.Exª que use o mesmo espírito democrático que eu tenho usado com V.Exª, não tome todo o meu tempo.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Vou concluir. Estamos ainda aguardando o depoimento de outras pessoas nesse episódio, mas também V.Exª não faz juz aos trabalhos da comissão quando aponta que, esporadicamente, temos ouvido economistas; temos ouvido economistas do País e pessoas que conhecem, em profundidade, a questão do endividamento externo; não precisaria citar aqui todo o rol desses economistas, mas, a cada semana, pelo menos dois economistas têm sido ouvidos. Na semana passada, por exemplo, foi o Sr. Olavo Setúbal, que é banqueiro, mas também conhece economia, mas poderíamos citar muitos. Amanhã mesmo, quer dizer, se ontem ouvimos o Sr. Ricardo Bueno, hoje, o General Sílvio Frota, amanhã, o Sr. Benedito Moreira, que foi diretor da CACEX por tantos anos, obviamente esta comissão está muito interessada na problemática do endividamento externo e iremos convocar, iremos fazer a sugestão à CPI amanhã, de convocar o ex-Presidente, General Ernesto Geisel no sentido de que esclareça o seu ponto de vista sobre a problemática do endividamento externo brasileiro, das suas consequências, do acordo com o FMI, além de também esclarecer tudo que se passou com o informe do Coronel Raimundo Saraiva que, se de alguma forma é sigiloso, por que foi sigilosa, reser-

vada, hoje, a sessão? Foi porque o General Sílvio Frota disse que só poderia falar se fosse reservada, porque de outra forma ele não iria falar. Então, entre não o ouvirmos e o ouvirmos, nós tivemos que optar pela sessão reservada. Mas é do interesse nacional que tudo isso, um dia, venha a ser inteiramente revelado.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, eu continuo dizendo o seguinte. nós não temos realmente procurado embaraçar o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O requerimento do Deputado Jorge Arbage teve assento exatamente na lei. A Comissão tem que ter um calendário determinado e o Relatório Saraiva poderia ser, no máximo, um subproduto e se tornou na espinha dorsal do funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Fez, portanto, S.Exª muito bem, quando tentou fazer com que a Comissão apenas cumprisse a sua parte.

Agora, vejo aqui no requerimento do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, já no primeiro item, a pergunta: "Que providências o Ministro-Chefe do SNI, General João Figueiredo tomou, à época do Governo Geisel, depois que lhe foram enviados, pelo então Ministro do Exército, Sílvio Frota, tais documentos?"

Que eu me lembre, nunca ouvi referência a este envio de documentos do General Sílvio Frota ao General João Baptista de Figueiredo. Pode ser que isso tenha ocorrido hoje, pode ser

O Sr. Jacques D'Ornellas — V.Exª me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouvirei, em seguida, V.Exª

Pode ser que esta referência tenha ocorrido hoje. Antes, eu nunca ouvi. Se ocorreu hoje, ocorreu numa sessão secreta e, aí, V.Exª já incorre, portanto, nas penas em que fala o Presidente da Comissão.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Em depoimentos anteriores, nós ouvimos que o General Sílvio Frota, que o Ministério do Exército, enviou ao Serviço Nacional de Informações. Então, não é uma informação nova.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu prossigo, dizendo o seguinte: a rigor nem o General Sílvio Frota poderia ser convocado, muito menos o Presidente João Figueiredo pode ser indagado, por estas razões que vou mencionar e por outras, e ainda muito menos o Presidente Ernesto Geisel. Este é um trabalho do Deputado Ernani Satyro, na Comissão de Constituição e Justiça, e S.Exª demonstra que as autoridades que conhecem fatos, em virtude da função que exercem, sobre eles não podem se pronunciar. É o art. 207, do Código de Processo Penal, que serve, subsidiariamente, aos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O que diz o art. 207?

"São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, Ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se desobrigadas pela parte interessada, quizerem dar o seu testemunho."

E, mais adiante, falando sobre o SNI, e citando a Lei esclarece:

"O que importa acentuar, no caso em apreço, é que todos os funcionários do SNI estão isentos de prestar, seja em juízo, seja perante qualquer CPI, informações sobre suas atividades naquele órgão, desde que por ordem de seus superiores disto sejam impedidos."

O Sr. Jacques D'Ornellas — São deuses do Olimpo, Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO — É que a lei que criou o SNI, também com base no Código de Processo Penal, impede os seus funcionários de prestarem qualquer esclarecimento sobre o que sabem, em razão da função que exercem ou exerceram. É claro, portanto...

O Sr. Jacques D'Ornellas — Permite um aparte, Deputado Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO — Se V. Exª tiver um pouco de paciência eu ouvirei V. Exª senão, lamento.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Eu aguardo.

O SR. EDISON LOBÃO — É claro que nenhum funcionário atual, ou ex-funcionário do SNI, pode prestar qualquer informação sobre o que sabe, em razão das funções que exerceram ou exercem hoje. Querer forçá-los a isto, é romper a lei, é friccionar os limites da lei, é investir por caminhos que não são próprios de um Parlamento que deve cumprir a lei que fez e, a lei que criou o SNI foi uma lei votada por este Congresso Nacional.

O Sr. Farabunili Júnior — V. Exª me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — (Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Exª já está esgotado. Eu gostaria que V. Exª concluísse a sua oração.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu lamento não ouvir V. Exª e, vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Farabulini Júnior — O discurso de V. Exª é expositivo...

O SR. EDISON LOBÃO — ... explicando que...

O Sr. Farabulini Júnior — Permita-me um aparte, de um segundo, para dizer-lhe que a Constituição vigente, a de 1969, autoriza convocar Ministros de Estado. Então, cabe a V. Exª indagar sobre se Ministro de Estado é ou não um funcionário e, se está ou não obrigado a comparecer à Câmara ou qualquer dos seus organismos, destacadamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDISON LOBÃO — Meu caro Deputado a lei é a lei. A interpretação V. Exª dá a seu talante.

O Sr. Farabulini Júnior — É a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Deputado Edison Lobão, o seu tempo está esgotado.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: o que se pretende, com esse documento dirigido ao Senhor Presidente da República, nada mais é do que reeditar uma provocação política.

Convocar o Presidente Ernesto Geisel para sentá-lo numa Comissão Parlamentar de Inquérito é uma provocação semelhante, que a consciência nacional repele. É claro que esse documento não terá qualquer consequência na Mesa da Câmara, mas ele seguramente renderá alguns dividendos publicitários, o que é profundamente doloroso. Nós estamos transformando este Congresso Nacional, numa usina de publicidade para atender à vaidade de alguns de seus membros.

Acho um ato desatinado o que aqui se procede. Não se quer apurar absolutamente nada; o que se quer é posar perante a Nação, como se estivesse ainda num palanque de comício, quando a Nação, neste momento, sofre crises profundas, cuja solução depende do trabalho, da responsabilidade e da consciência de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — V. Exª não pode confundir o que é o interesse público com ações para fins de publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, que falará como Líder do PMDB.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR (PMDB — PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Pretendo ser muito breve, todavia, não poderia, na qualidade de Líder do PMDB, nesta sessão, deixar de fazer algumas breves considerações acerca do que, daquela tribuna, falou o Líder do PDS.

Primeiramente, nós entendemos que a CPI que apurou a dívida externa brasileira se atém aos seus objetivos, quando estuda, quanto investiga, aquilo que se convencionou chamar de Relatório Saraiva. Assim, entendemos porque até mesmo não fora a CPI, a Nação não tomaria conhecimento do que se passa, ou possivelmente se esteja a passar, nos bastidores em que são contratadas as operações que endividaram nosso País.

Primeiramente se negou a existência do Relatório Saraiva. O Deputado, eu me lembro bem, que pela primeira vez, desta tribuna falou da sua existência, foi processado pelo Ministro. Não existia o relatório, era tudo invenção. Hoje, entretanto, ninguém mais tem dúvidas neste País, da existência do Relatório Saraiva.

O que pasma a todos, o que aturde a Nação, é que uma denúncia daquela natureza, a possível corrupção de um Embaixador a receber propinas na contratação de empréstimos, não tinha sido levado ao conhecimento da Nação as conclusões sobre a sua investigação. Ao contrário, se negou a existência do informe. Mas que País é este? É evidente, não fora hoje a CPI, com alguns anos de atraso, a Nação não estaria tendo conhecimento. Onde é que está a responsabilidade de um Governo que recebeu uma denúncia dessa natureza e deve tê-la investigado, e não comunicou à Nação os resultados da investigação? Mas tudo se passa secretamente.

Segundo estatísticas recém publicadas, o Brasil é o segundo país em termos de pagamentos de altos tributos; este País que sustenta serviços secretos para investigar, mas não é para guardar segredos das investigações. Não! A Nação tem o direito de ser informada e eles têm obrigação de informar a Nação. Alguém deve ter investigado uma denúncia dessa natureza.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Pois não.

O Sr. Edison Lobão — Talvez a nação mais democrática do mundo são os Estados Unidos. Aquele país deve realizar

O Sr. Jaques D'Ornellas — Não!

O Sr. Edison Lobão — Não? Deve ser a Rússia!

O Sr. Jaques D'Ornellas — Invadiu Granada agora. Aquilo é um antro de corrupção e violência.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Líder, aquela nação deve realizar milhares e milhares de investigações. Imagine-se os Estados Unidos, se a França, se a Inglaterra, vão divulgar todas as investigações que seus serviços e seus órgãos realizam. Então, as páginas dos jornais diariamente não comportariam todos os resultados dessas investigações. Quem pode assegurar que tais denúncias não tenham sido examinadas. O Governo não tem obrigação de divulgar tudo quanto faz, sobretudo na órbita do Serviço Nacional de Informação que, por lei, tem de investi-

gar sigilosamente, secretamente, e dar conhecimento à autoridade superior, à Presidência da República. Se for ao caso, comunica aos demais Ministérios o resultado de suas investigações. Não tem que tornar público tudo quanto faz. Além do mais, pelo que leio nos jornais, o Relatório Saraiva é apenas "consta", "ouvi dizer", "fulano disse". Não há um documento a não ser os tais telex, se eles existem, não há um documento comprovando aquilo que está, ou estaria, nos tais telex. Portanto, não vejo a gravidade desse documento. A acusação em si pode ser grave. Agora, a informação que chega não tem, a meu ver, nenhuma importância porque ela não é calçada em documento. O Coronel Dixon, e ainda há pouco se mencionou o nome de S. Sª — trouxe à Comissão Parlamentar de Inquérito — e aí foi uma reunião pública — calhamaço de papéis. Eu tive oportunidade de perguntar a S. Sª que documentos eram aqueles? Ele disse: "são anotações minhas". Anotações em letra de forma! Não eram sequer anotações do Coronel Saraiva, eram dele, em letra de forma, e aquilo foi recebido pela Comissão Parlamentar de Inquérito como se documento fosse. Desgraçado do País que recebe um papel, um papelucho, em letra de forma, e aceita como documento válido.

O Sr. Jaques D'Ornellas — V. Exª me permite um aparte, Deputado Sebastião Rodrigues?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Já darei o aparte a V. Exª. Antes, eu gostaria de dizer ao Deputado Edison Lobão que é mera presunção quando se refere aos Estados Unidos e afirma que tudo que lá é investigado, obrigatoriamente, não vem a público. Constantemente, eu vejo na imprensa, agentes da CIA serem levados a depor no Congresso Americano. A responsabilidade do Congresso nas investigações é tão séria que, inclusive, um Presidente da República dos Estados Unidos teve de renunciar nos Estados Unidos. Aqui seria mais fácil um Presidente da República renunciar ao Congresso, mas jamais renunciar em função de uma investigação do Congresso. Agora, eu me sinto na obrigação de dizer: ou o Governo é irresponsável e não investigou a denúncia, pois uma vez tornada pública a denúncia, o Governo deveria, se a investigou, manifestar sua conclusão na apuração da denúncia. Meu Deus do céu, se a investigação absolveu, por que não publicar as consequências da investigação?

O Sr. Edison Lobão — Porque o Serviço Nacional de Informações está proibido por lei de divulgar o que faz.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Então, nobre Deputado Edison Lobão, V. Exª justifica plenamente a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se o Congresso não tem informação, ele tem um veículo para apurar a denúncia, e deve usá-lo. Se o Serviço Nacional de Informações procurasse a CPI, no início da instalação dos seus trabalhos, e mostrasse o resultado da investigação, talvez não houvesse necessidade de se aprofundar o caso. Parece que estamos querendo viver o mistério da santíssima trindade. Ninguém sabe mas tem de ter fé. Eu não chego a esse ponto com relação ao SNI. Acredito na competência do organismo de informações para investigar mas, obrigatoriamente, não posso aceitar, sem conhecer suas conclusões, que investigaram bem ou que sua investigação chegou a um resultado que torna a denúncia sem fundamento. Por isso o Congresso está usando os meios de que dispõe, ou deve ele se entregar totalmente, por fé, às conclusões, que ninguém sabe se existem, do Serviço Nacional de Informações? Se o Governo tivesse tudo a responsabilidade, primeiro, de não negar a existência do informe. Não foi negado e um Deputado foi processado. E hoje toda a Nação sabe. Então, todo o mundo sabe que o Governo mentiu, se omitiu. Uma vez tornado público a existência do documento, o Governo deveria mostrar que investigou, que levou

a sério a denúncia, e tornar pública suas conclusões. Não o fez. Não resta ao Congresso, se não investigar.

O Sr. Jaques D'Ornellas — V. Exª me permite?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Pois não.

O Sr. Jaques D'Ornellas — Muito obrigado, nobre Deputado. Era para fazer um registro aqui. Quando estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Edison Lobão, S. Exª não me permitiu o aparte, no momento oportuno, para registrar que o Deputado José Lourenço, ontem à noite, me solicitou esforços no sentido de que aquela sessão fosse secreta, e não aberta. O Deputado José Lourenço, do PDS, colega do Deputado Edison Lobão, me fez essa solicitação. Eu disse que não havíamos cogitado disso, e a sessão seria pública, como têm sido todas as sessões que fazemos. Salvo quando o depoente, que tem esse direito, exige, para depor, que a sessão seja secreta ou reservada. É uma condição de se fazer o depoimento, de se buscar a verdade. E a única condição seria fazer a sessão reservada. Em que pese a afirmativa inverídica do Deputado Edison Lobão, da parte dos componentes da CPI não move qualquer tipo de propaganda. Nada disso! O que nos move é a busca da verdade, é a busca de informações de contratos que teriam sido feitos com propinas, com uma alta dose de corrupções e de desmandos. Este é o objetivo da CPI. E está levando a cabo sua missão, e vai continuar levando a cabo a sua missão, porque essa CPI está se realizando numa época histórica de transição, de transformação da sociedade brasileira. E quem não acreditar nisso, quem não está vendo que este Governo realmente não tem mais condições de continuar mentindo para a sociedade brasileira, empulhando a sociedade brasileira, tergiversando sobre uma realidade muito clara aos olhos de todos. Ora, os membros da CPI não têm nenhum interesse em publicidade, eles têm interesse apenas na busca da verdade. Houve realmente traição nacional nos contratos feitos com empresas estrangeiras e com bancos internacionais, que levaram a nossa dívida a essa cifra astronômica, e que hoje não temos condição de pagar. Esta é que é a verdade. E o PDS, na palavra do seu Líder Edison Lobão, quando afirma que a CPI fechou as portas à imprensa, realmente não tem muita condição de ficar defendendo a imprensa, pois justamente neste momento, ainda agora, estão jornalistas presos, processados, porque fizeram reportagens com relação às afirmações contidas no objeto de pesquisa da CPI, justamente o chamado Relatório Saraiva.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Nobre Deputado, eu solicitaria a V. Exª, que encerre seu aparte, porque meu tempo está se esgotando.

O Sr. Jaques D'Ornellas — Exato, então de forma que os membros da CPI. Deputado Edison Lobão, não têm, em absoluto, nenhum propósito propagandístico, mas a busca da verdade de denunciar a Nação e acabar com esse sistema de corrupção, de vergonha, que envergonha não só ao Exército Nacional mas toda a Nação brasileira. Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Edison Lobão — Deputado Sebastião Rodrigues, eu não queria mais interferir no discurso de V. Exª, mas vou fazê-lo, pela última vez, apenas para dizer o seguinte: não desejo usar as expressões causticas do Deputado Jackson D'Ornellas, não quero competir com S. Exª nesse terreno. Eu preferiria uma competição num plano maior: num plano de inteligência, de uma boa convivência política. Já que não consigo conviver com S. Exª também recuso-me a competir com ele nessas expressões que não são regimentais e são parlamentares. Mas não quero, por isso, contestar o que S. Exª declara a respeito do

meu colega José Lourenço que, segundo S. Ex^a, o Deputado José Lourenço teria pedido ao Deputado Jackson D'ornellas que contribuisse para que a sessão fosse secreta. Eu, apenas, quero dar um depoimento aqui: hoje pela manhã no instante em que se realizava a reunião da CPI foi exatamente o Deputado José Lourenço quem, por ironia, pediu que a sessão fosse aberta — e lutou por isso — e não secreta como aqui afirma o Deputado Jackson D'ornellas. E termino o meu aparte dizendo a V. Ex^a que eu considero essa tentativa de trazer o Presidente Ernesto Geisel ao banco dos réus numa comissão parlamentar de inquérito e de obrigar o Presidente João Figueiredo a vir depor, também, sobre isto um atentado à normalidade política que o Chefe desta Nação tem procurado promover, neste País, em benefício de todos nós. A Oposição será responsável pelo que provocar a partir daí.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Deputado Edison Lobão, primeiramente não me consta que haja qualquer tentativa de convocação do Presidente Figueiredo para depor na CPI. Acho que houve uma má interpretação de V. Ex^a. O que houve foi um requerimento subscrito pelo Deputado que, como V. Ex^a bem o disse, deve ficar em poder da Mesa da Câmara...

O Sr. Edison Lobão — Ele quer o depoimento do Presidente, por requerimento. Mas, o Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy quer a presença do Presidente Geisel aqui.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Mas, estou-me referindo ao Presidente da República. Houve então esse requerimento que acho deveria ser dirigido ao Serviço Nacional de Informações, porque o órgão permanece após a passagem dos seus titulares e deve deter todas as informações. O requerimento deveria ser dirigido não a quem o presidiu na época, porque é de se presumir, logicamente, que um organismo como o Serviço Nacional de Informações detém em seu poder todas as informações, independente de quem foi temporariamente seu presidente. Portanto, concordo em termos com V. Ex^a que o requerimento foi dirigido indevidamente ao Presidente da República, deveria ser dirigido ao Serviço Nacional de Informações.

Mas, volto a sustentar que uma das grandes responsabilidades do Congresso Nacional é a investigação, sobretudo quando o Executivo, ao se auto-investigar, se veste do manto do segredo para negar conhecimento à Nação que o sustenta, como sustenta a todos nós, da apuração de fatos da mais séria gravidade, como esse que se convencionou chamar de Relatório Saraiva.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que a CPI é a única forma para que o Congresso, e através do Congresso a Nação, tome conhecimento do procedimento de autoridades, cuja conduta, por denúncias sérias, oriundas de autoridades também responsáveis, conduta dessas outras autoridades estejam sendo posta em dúvida.

O Sr. Farabulini Júnior — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Pois não, ouço.

O Sr. Farabulini Júnior — Deputado, V. Ex^a tem razão. E do debate que V. Ex^a estabeleceu que fique bem clara a autoridade que têm as Comissões Parlamentares de Inquérito, que são votadas por 1/3 de Deputados com assento nesta Casa. Portanto, diz o doutrinador em bom som que, em verdade, as Comissões Parlamentares de Inquérito, enquanto em funcionamento, são o próprio Congresso Nacional ou a própria Câmara dos Deputados. Vale dizer que nem o Presidente da Casa pode, de modo próprio, promover qualquer ato que venha impedir o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, nem o plenário o pode fazer, porque enquanto está em funcionamento somente cessa pela extinção do prazo ou porque tenha completado os seus trabalhos.

Isto posto, a Comissão tem o direito de convocar quem bem entender mesmo pessoas **sub judice**, envolvidas em inquérito judiciais ou criminais. Assim é e assim tem que ser. Qualquer pessoa, seja ela funcionário público ou não, alto funcionário ou não, se a Comissão pode convocar o Ministro de Estado, por óbvio, poderá convocar outros elementos. Verifica-se somente sobre a oportunidade, Deputado. Somente sobre a oportunidade, porque a autoridade não há o que discutir. Pode e deve fazê-lo para investigar e esclarecer os fatos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, para concluir.

A minha presença nesta tribuna justifica-se pela necessidade de emprestar solidariedade aos membros da Oposição e, sobretudo, aos do meu Partido, dentro da CPI que examina a dívida externa, que é inclusive presidida por um Deputado do meu Estado, Sr. Alencar Furtado.

Volto a dizer que se o Governo houvesse cumprido a sua parte, assumido a responsabilidade da apuração da denúncia, notificado à Nação dos seus resultados, talvez não houvesse a necessidade de apurá-la em comissão.

Mas, lamentavelmente, enquanto o Governo achar que não deve satisfação à Nação deveremos cumprir a nossa missão de investigar, inclusive o Governo, e tornar pública a apuração de denúncias tão sérias como as que envolvem o Embaixador Delfim Netto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O Sr. Deputado Rubens Ardenghi, com fundamento no art. 151 do Regimento Comum combinado com o art. 247 do Regimento Interno do Senado, encaminhou uma indicação à Mesa.

Dispõe o § 3º do art. 29 da Constituição:

“§ 3º — Além de reuniões para outros fins previstos nesta Constituição, reunir-se-ão, em sessão conjunta, funcionando como Mesa a do Senado Federal, este e a Câmara dos Deputados, para:

- I — Inaugurar sessão legislativa;
- II — elaborar regimento comum; e
- III — discutir e votar orçamento.”

Baseado no princípio constitucional, o Regimento Comum, ao definir em seu art. 1º as finalidades das sessões conjuntas, estabelece o elenco das matérias a serem nelas apreciadas. Desse elenco não constam as indicações, que podem ser apresentadas tanto no Senado Federal (Regimento Interno, art. 247), como na Câmara dos Deputados (Regimento Interno, art. 125).

Não é o caso, pois, de omissão do Regimento Comum, que justifique, nos termos do seu art. 151, a aplicação subsidiária do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante do exposto, a Presidência não poderá acolher a proposição do nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior (PMDB — PR.) — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR (PMDB — PR.) — Tendo em vista a evidente falta de **quorum**, com base no art. 29, § 2º do Regimento Comum, pediria a V. Ex^a que desse por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É evidente a falta de **quorum**. A Presidência fará a comunicação preliminar de que, nos termos do art. 55, § 1º “In fine”, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 50 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 93 e 95, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.049 e 2.048, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

Ata da 338ª Sessão Conjunta, em 26 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 20 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Noser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro

— PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Jose Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leonor Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arape — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Jose Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB;

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli —

PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Romulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemyr Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Geraldo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Jose Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Junia Marise — PMDB; Leopoldo Besone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Mauricio Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurelio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; Jose Genoio — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Córdó — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lucerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antonio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Arolde Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antonio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacioldo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 472 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1983, que altera o art. 4º, item II, e o art. 5º, da Constituição Federal.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Sr. Presidente, face à evidente falta de **quorum**, requeiro mais uma vez, com base no art. 29, § 2º, do Regimento Comum, o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. senadores e Srs. Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 55 minutos.)

**ATA DA 328ª SESSÃO CONJUNTA,
REALIZADA EM 19-10-83
(Publicada no DCN de 20-10-83)**

RETIFICAÇÕES

Na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1983-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.036,

de 28 de junho de 1983, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências:

Na página 2122, 2ª coluna, na chamada nominal dos Srs. Deputados;

Onde se lê:

**RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO"
OS SRS. DEPUTADOS:**

.....

Bahia

...; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS

Leia-se:

Bahia

...; Virgildásio de Senna — PMDB.

Na mesma página, 3ª coluna,
Onde se lê:

Rio Grande do Sul

...; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT;...

Leia-se.

Rio Grande do Sul

..., Nadyr Rosseti — PDT; Nilton Alves — PDT;...

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

| | | |
|---------------------------|------|----------|
| Semestre | Cr\$ | 3 000,00 |
| Ano | Cr\$ | 6 000,00 |
| Exemplar avulso | Cr\$ | 50,00 |

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

| | | |
|---------------------------|------|----------|
| Semestre | Cr\$ | 3 000,00 |
| Ano | Cr\$ | 6 000,00 |
| Exemplar avulso | Cr\$ | 50,00 |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF